



ANO 6 - NÚMERO 78 - ABRIL 2021

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15

GOVERNO DO BRASIL NÃO QUER SABER DOS OCEANOS

p. 08

DITADURA NUNCA MAIS

Dilma Rousseff: As marcas da tortura sou eu
p. 21

HOMENAGEM

Canção para Thiago: Tetê e Alzira, suas danadas
p. 32

SAGRADO INDÍGENA

Um ano de Pandemia: a solidariedade para os Xavante
p. 40



FENAE

50

ANOS

AG. VOL. DA FÉRIAS
ECONOMIÁRIO
UMA CAUSA QUE

IA PELAS 6 horas
CÁRIO
ENADOR MARCOS FREIRE

CASA ECONOMICA FENAE
AGENCIA PRAÇA DE ALFONSO

ROD / DIOPA / DIATI / NCC
NA LUTA PELAS 6 HORAS
ECONOMIÁRIO É BANCÁRIO

50 anos de história Por uma Caixa forte e 100% pública

A **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)** completa meio século de história de lutas e conquistas junto aos empregados da Caixa.

Ao longo de 50 anos, fortalecemos o movimento associativo e atuamos fortemente pelos direitos dos trabalhadores e por uma Caixa forte e 100% pública. Em um período de crise e muitas dificuldades, em razão da pandemia da Covid-19, a Federação e as 27 **Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs)**, não poupam esforços para superar desafios e continuar atuando na defesa dos empregados da Caixa.

Este 2021 será um ano de **celebração e mobilização** para a Fenae, com grande foco na defesa do papel social da Caixa e do bem-estar dos seus trabalhadores. A **Fenae** foi criada com o propósito de integrar os empregados por meio de ações políticas, sociais, culturais e esportivas e continuaremos a manter sua missão viva e vibrante.

Neste ano, estaremos ainda mais atuantes na defesa da Caixa forte, 100% pública e de todos os brasileiros.

Sergio Takemoto
Presidente da Fenae

Conheça a nossa história
e nos acompanhe pelos canais:

www.fenae.org.br

(61) 98142-8428

@fenaefederacao

/FenaeFederacao

/company/fenae-federacao

“ Também nós não sabemos ressuscitar os que perdemos. E quem partiu no arrastão fúnebre da pandemia nem sequer pôde se despedir dos presentes. Nos tornamos órfãos coletivos de desconhecidos, de pais e familiares, amigos, colegas, vizinhos; de toda uma parte da humanidade que vivenciou um mesmo mundo, um mesmo tempo de história. À medida que as perdas se sobrepõem, uma espécie de “escolha de Sofia” invertida despedaça os que ficam: por quem chorar primeiro – pelo pai ou pelo irmão? Pela amiga querida ou pelo vizinho de todas as horas? A própria natureza cambiante da memória e das emoções, quando atropelada e sem tempo para tomar fôlego, tem poder anestésico de um luto contínuo. Um luto profundo e silencioso para não atrapalhar os ainda à nossa volta. ”

Dorrit Harazim

COLABORADORES/AS - ABRIL

Alfredo A. Saad – Escritor (*in memoriam*). Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Ana Paula Sabino – Jornalista. Dilma Rousseff – Ex-Presidenta do Brasil. Eduardo Galeano – Escritor (*in memoriam*). Emir Sader – Sociólogo. Emir Bocchino – Designer Gráfico. Iêda Leal de Souza – Professora. Iêda Vilas-Bôas – Escritora. Jaime Sautchuk – Jornalista. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. Leonardo Boff – Ecoteólogo. Lúcia Resende – Professora. Manoel de Barros – Poeta (*in memoriam*). Marcio Camilo – Jornalista. Maria Regina Paiva Duarte – Auditora Fiscal. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista. Agamenon Torres Viana – Sindicalista. Ailton Krenak – Escritor. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Ana Paula Sabino – Jornalista. Andrea Matos – Sindicalista. Ângela Mendes – Ambientalista. Antenor Pinheiro – Jornalista. Cleiton Silva – Sindicalista. Elson Martins – Jornalista. Emir Sader – Sociólogo. Gomercindo Rodrigues – Advogado. Graça Fleury – Socióloga. Iêda Leal – Educadora. Jacy Afonso – Sindicalista. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista. Júlia Feitoza Dias – Historiadora. Kleiton Moraes – Sindicalista. Lucélia Santos – Atriz. Rosilene Corrêa Lima – Jornalista. Trajano Jardim – Jornalista.



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



Brasil tem batido recordes seguidos, não no seu desempenho econômico, mas no número de mortes diárias causadas pela Covid-19, ultrapassando a casa dos quatro mil. Por falta de controle e de vacinação, o País está em curva ascendente de casos, enquanto o resto do mundo vem decaindo há semanas.

Este é um aspecto da má gestão pública nacional pela qual estamos passando. Mas são tantos, que muitos deles passam até despercebidos, embora sejam visíveis. É o caso do Oceano Atlântico, que banha nosso extenso litoral e nos dá acesso a espaços importantes em águas profundas, mas tem sido subaproveitado.

Por essa razão este é o tema de nossa matéria de Capa desta edição de Xapuri. De modo objetivo, no ano em que as Nações Unidas dão início à “Década dos Oceanos”, mostramos o potencial que está ao nosso dispor, mas deixa de ser bem usado, com base no Direito Internacional, por falta de política apropriada.

Mas este é apenas um dos temas tratados nestas páginas que começamos a folhear no papel ou a visualizar virtualmente na Internet. Emir Sader relembra os sofrimentos dos brasileiros e brasileiras durante a ditadura, Altair Sales escava os campos de indaiá em busca de memórias do mestre Aziz Ab’Saber e Dilma Rousseff relata um pouco do que passou na prisão.

Mas tem bem mais, tudo muito bem ilustrado, como de costume. Com seu linguajar pantaneiro, inconfundível, Manoel de Barros nos encanta com a descrição das manhas do socó-boca-d’água, pássaro defensor de outros bichos. E tem a “Canção para Thiago”, da lavra do Bessa Freire, um canto aos 95 anos do amigo-poeta, em tempo de deslembanças.

E mais ainda: a Carta Nacional de Promoção da Igualdade Racial, as indagações de Eduardo Galeano sobre o Dia da Terra e a espiritualidade em texto de Leonardo Boff.

Enfim, vamos lá degustar todas essas prosas boas. Bom proveito!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

É uma alegria receber e manter contato com a Xapuri.

Francisco Viana – Palmas –TO

Parabéns pelo belo trabalho de conscientização de vocês!

É maravilhoso, sou fã!

Scarlett Oliveira – Araquari – SC

*Fico agradecido pelo envio do Correio Xapuri
e parabéns pelo trabalho realizado.*

Gilvan Taconi – Maringá – PR



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@macrotake

Marque suas melhores fotos do
Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri 78

SOCIOAMBIENTAL

ABR 21

08 **CAPA**
Governo do Brasil não quer
saber dos oceanos

20 **DITADURA NUNCA MAIS**
Foi golpe, foi ditadura

15 **BIODIVERSIDADE**
Socó-boca-d'água

21 **DITADURA NUNCA MAIS**
Dilma Rousseff: As marcas
da tortura sou eu

18 **CERRADO**
Os campos de indaiá do professor
Ab'Sáber

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Carta Nacional de Promoção da
Igualdade Racial: 18 Anos da Lei nº
10.639/03

Xapuri - Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

25 **FORMOSA**
Formosa: a cidade dos coqueiros

28 **GASTRONOMIA**
Rosca rainha

32 **HOMENAGEM**
Canção para Thiago:
Teté e Alzira, suas danadas

35 **LITERATURA**
Desculpa, TiZé

36 **ECOLOGIA**
Dia da Terra

40 **SAGRADO INDÍGENA**
Um ano de Pandemia:
a solidariedade para os Xavante

45 **MITOS E LENDAS**
Os filhos do Sol

46 **SUSTENTABILIDADE**
O que ler e como ler durante
a pandemia: o Ocidente abraça
o Oriente, Tereza D'Ávila e
Chuang-Tzu

48 **UNIVERSO FEMININO**
Soledad Barret Viedma:
militante assassinada pela
ditadura

GOVERNO DO BRASIL NÃO QUER SABER DOS OCEANOS

Jaime Sautchuk



Nosso planeta está vivendo o primeiro ano da “Década dos Oceanos”, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), como parte dos debates e medidas relacionadas com o Acordo Global dos Oceanos, um tratado do qual a maioria dos países do mundo já participa. Será necessário, contudo, um compromisso real, já que entre eles há posições variadas sobre como restringir a exploração em alto-mar e proteger a biodiversidade – e o atual governo do Brasil tem se negado a participar.

A decisão é importante por si mesma, pois reflete um aumento na preocupação com o assunto em grande número de países, o que reflete reconhecimento do valor dos oceanos à vida na Terra. Esses blocos de água salgada são os principais componentes da superfície terrestre, pois formam cerca de 70% do total, uma extensão de 361 milhões de quilômetros quadrados. Mais da metade dessa área tem profundidades maiores que 3 mil metros, chegando a fossas de quase 12 mil metros, muitas delas ainda pouco conhecidas.

Cada país tem um domínio chamado de Mar Territorial, que é uma faixa de águas costeiras com extensão 12 de milhas náuticas (22 quilômetros) a partir do seu litoral, e é responsável pelos cuidados necessários à proteção desses mananciais. Mas é, de igual modo, o principal beneficiário das atividades naquela parte do mundo, que incluem rotas de transporte, alimentos, depósitos minerais, turismo, esportes e assim por diante.

No momento, há consenso entre cientistas que estudam os oceanos em que o uso inadequado desses espaços tem criado os principais (ou mais graves) problemas por eles enfrentados. Esses problemas são: 1. elevação do nível dos oceanos; 2. aumento considerável de sua temperatura; 3. alteração das correntes marítimas; 4. aquecimento global; 5. exploração do solo marinho pra retirar petróleo e minérios; 6. poluição de resíduos plásticos e sólidos; e 7. crescimento do tráfego de pequenas e grandes embarcações.

O fato mais visível e assustador é, entretanto, que grande parte do lixo mundial vai parar nos oceanos, especialmente os dejetos não degradáveis, como materiais plásticos (as famosas sacolas de compras), latas de bebidas, pneus e vidros. Alguns países aceitam limitar os dejetos que são atirados ao mar e adotam medidas de controle, mas outros se negam a fazer isso, em muitos casos alegando até mesmo a defesa de soberania nacional.

Os principais agentes poluidores, que contaminam os oceanos, são: esgotos, resíduos industriais, lixo e fertilizantes e defensivos agrícolas (os agrotóxicos). A contaminação das águas marinhas produz vários agravantes, dentre eles, extinção de pontos turísticos litorâneos, diminuição da oferta e contaminação de peixes e outros animais, em razão do esgoto.

O cientista marinho suíço Jacques Piccard, citado pela ONG *Greenpeace*, previu que, em vista da proporção atual da contaminação, os oceanos do mundo ficariam desprovidos de vida em 25 anos. Disse que devido a sua pouca profundidade o mar Báltico seria o primeiro a morrer. Depois, o mesmo destino seria reservado ao Adriático e ao Mediterrâneo, os quais não têm correntes suficientemente fortes para transportar a contaminação.

De qualquer modo, os oceanos têm fundamental importância à manutenção da vida na Terra. Além das atividades econômicas que propiciam, eles contribuem com a estabilidade do clima, regulam a umidade e abrigam os principais responsáveis pela produção de oxigênio, que são as algas. Diante disso, ficam ainda mais claras as razões pelas quais precisam ser preservados.

O respeitado navegador oceânico Jacques Cousteau tantas vezes repetiu sua famosa frase: “Temos que salvar os oceanos se queremos salvar a humanidade”. Segundo ele, a vida nos oceanos já diminuiu perto de 40% desde 1950, por causa de pesca excessiva, descontrolada, e da contaminação das águas. É significativa a concentração de peixes em pequenas zonas dos oceanos e sua escassez em outras partes. Afinal, como advertem os biólogos, o mar não é um armazém ilimitado de energia alimentar e tampouco é um depósito inesgotável de lixo.

Navegadores de todo tipo, em especial aqueles que enxergam com um olhar científico, preocupado com o meio ambiente, revelam que, ao cruzarem o Atlântico, é possível perceber quando se entra nas águas territoriais brasileiras, pela quantidade de lixo espalhado no mar. O Brasil tem legislação de qualidade, respeitada no mundo todo, mas não há uma ação permanente dos órgãos ambientais na retirada desses dejetos e parece haver certa frouxidão das autoridades governamentais no trato do problema.

CONSTITUIÇÃO DO MAR

A preservação dos mares e oceanos ganhou destaque internacional nas últimas décadas, pois se tornou evidente a necessidade de resguardar espaços nas áreas jurisdicionais dos países, de modo a zelar pela fauna e flora marinha. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, em 1982, foi um marco nesse tema, por refletir um amplo leque de ações que já vinham sendo testadas ou eram demandadas na realidade. No Brasil, ela foi ratificada 23 anos depois, em 2005.

Vale ressaltar que o processo de elaboração desse documento foi bastante demorado, já que teve seu início em 1973, porém somente depois de 11 sessões, inúmeros debates e discussões,



Foto: divulgação / GreenPeace

foi concluído. A Convenção obteve recorde de assinaturas, o que a colocou como o texto de maior adesão em todo o direito global. Isso, apesar de que alguns países mais desenvolvidos – Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido – não a assinaram de imediato, por não concordarem com as mudanças no regime jurídico dos fundos marinhos, impasse desfeito em 1994.

Nessa Convenção, que ficou conhecida como “A Constituição do Mar”, foram definidos os conceitos dos espaços marítimos, tais como fundos marinhos, mar territorial, águas interiores, plataforma continental, zona contígua, alto-mar e zona econômica exclusiva. Foram criados, também, três órgãos mediadores, a fim de assegurar o cumprimento dos dispositivos então definidos, dentre eles o Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, sediado em Hamburgo, na Alemanha.

PROTEÇÃO

A proteção dos oceanos é tema, também, de um relatório do Greenpeace, denominado *30 em 30: Um caminho para a proteção dos oceanos*, em que a entidade explica por que e como seria possível assegurar a preservação de 30% das águas salgadas do mundo até 2030. “Nessa conta de 30%, entrariam as águas internacionais, também chamadas de alto-mar, que cobrem 61% da área do oceano e 73% do seu volume”, diz o documento. E acrescenta:

Devemos muito aos oceanos quando o assunto é a vida na Terra – inclusive a nossa. Nos mares, existe

uma espécie de ‘bomba biológica’ que captura o carbono da superfície no planeta e o estoca nas profundezas. Sem isso, nossa atmosfera teria 50% a mais de dióxido de carbono. E nosso mundo seria tão quente, que seria inabitável.

Já que não fazem parte de nenhum país, as águas internacionais não têm hoje uma regulação sólida sobre sua proteção e sobre as atividades econômicas que acontecem lá. E sofrem com a crescente presença da pesca, da exploração de petróleo e de minérios, além das mudanças climáticas, a acidificação e a poluição por plásticos. Uma das formas de proteção que os cientistas propõem é a formação de Santuários Oceânicos, ou redes de Áreas de Proteção Marinha. Essa é uma ferramenta fundamental para proteger habitats e espécies, reconstruir a biodiversidade marinha, ajudar os ecossistemas oceânicos a se recuperarem e manter serviços ecossistêmicos vitais.

Os cientistas chegaram ao mapa de onde estariam esses santuários oceânicos baseados em informações como a distribuição de espécies, como baleias e tartarugas, formações geológicas do fundo do mar, onde estão atividades econômicas, entre outros.

As conclusões deste relatório mostram que é viável ter uma rede de áreas protegidas em todo o planeta que seja ecologicamente representativa, que recupere nossos oceanos, e mesmo assim ainda mantendo áreas livres para a pesca. A necessidade é imediata e os meios estão disponíveis. Só o que é preciso é vontade política.”

NO BRASIL

No Brasil, os arquipélagos de Fernando de Noronha e de Abrolhos são dois desses santuários e também parques nacionais marinhos, mantidos bem isolados e cuidados. Esses são dois exemplos, mas é importante notar que, com uma costa oceânica de 10.959 quilômetros, segundo o IBGE, o Brasil possui 102 unidades de conservação marinhas, com variadas finalidades e tamanhos, que foram criadas por governos diferentes nas últimas décadas.

Essas duas áreas são relevantes por demonstrarem os tipos de impactos sofridos e as formas de ação de preservação da biodiversidade marinha adotadas. Recentemente, foram encontrados detritos provenientes de 20 países diferentes nesses dois parques nacionais marinhos, sendo eles sacolinhas de plástico, canudos, vidros, fibras de vidro, garrafas, redes e até seringas.

Em Noronha, pelo menos uma vez por mês, voluntários percorrem as praias recolhendo todo o lixo que for encontrado pelo caminho, que na maior parte é plástico. Em uma só coleta foram encontrados lixos plásticos provenientes da China, Turquia, Taiwan, Índia, Cingapura, Coreia do Sul, Indonésia, Malásia, Emirados Árabes Unidos, Guiné, Senegal, Costa do Marfim, Marrocos, Congo e Serra Leoa, Irlanda, Espanha, Alemanha, Inglaterra, França e Grécia. Não se sabe se esse lixo foi descartado por navios ou se veio através das correntes marítimas e ventos que passam pela região.

Com base em estudos científicos, a ONU acredita que até 2050 exista mais plástico do que peixes nos mares e oceanos, devido à má gestão dos resíduos sólidos da maioria dos países do mundo. Não se sabe como os lixos e resíduos plásticos têm afetado as espécies que vivem tanto em Noronha quanto em Abrolhos, pois não há estudos específicos. De qualquer modo, existem pesquisas internacionais que apontam que cerca de 90% das aves marinhas possuem plástico em seu organismo. E a previsão é de que até 2050 essa porcentagem chegue a 99%.

Fernando de Noronha fica em águas territoriais do estado de Pernambuco e é formado por 21 ilhas, ilhotas e rochedos de origem vulcânica. Ocupa uma área total de 26 km² – dos quais 17 km² são da ilha principal – e se situa no Oceano Atlântico, a nordeste do Brasil continental, distando 545 km da capital pernambucana e 360 km de Natal, no Rio Grande do Norte. O centro comercial da ilha é o núcleo urbano de Vila dos Remédios. A administração do Parque Nacional está a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Avistada pela primeira vez entre 1500 e 1502, tem sua descoberta atribuída a uma expedição comandada pelo explorador Fernando de Loronha, mas o primeiro a descrevê-la foi Américo Vespúcio, em expedição realizada entre 1503 e 1504. Primeira capitania hereditária do Brasil, o arquipélago sofreu constantes invasões de ingleses, franceses e holandeses, entre os séculos XVI e XVIII.



Foto: divulgação



Foto: divulgação

Em 1942, Noronha se tornou território federal, passando a servir como base avançada de guerra, e só voltou à administração pernambucana em 1988. Atualmente, é um distrito estadual de Pernambuco, gerido por um administrador-geral designado pelo governador do estado. Em 2001, a Unesco declarou Fernando de Noronha Patrimônio Natural da Humanidade.

Outro santuário, mais próximo da costa, é o arquipélago de Abrolhos, localizado a cerca de 65 quilômetros do litoral sul da Bahia. É constituído por cinco ilhas, que são: Ilha de Santa Bárbara (é a única habitada e está sob controle da Marinha do Brasil, que ali mantém um farol), Ilha Siriba, Ilha Redonda, Ilha Sueste e Ilha Guarita. Três delas são áreas inacessíveis (Redonda, Guarita e Sueste), ou seja, o desembarque nelas é proibido. Somente as Ilhas Siriba e Santa Bárbara são abertas à visitação, de forma programada.

As ilhas estão dispersas numa área que pertence ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, controlado pelo ICMBio, com apoio da Marinha do Brasil. O arquipélago foi a primeira área do Brasil que recebeu o título de “Parque Nacional Marinho”, em abril de 1983. A origem do seu nome vem de diversos mapas que continham um aviso aos navegadores por frequentes acidentes e naufrágios causados pela formação de corais que dificultavam a navegação: “Abre Olhos”.

BALEIAS

Através do Decreto nº 6.698, de 2008, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as águas brasileiras passaram a ser consideradas como santuário de baleias e golfinhos, na costa do país. Segundo o decreto, é permitido o aproveitamento turístico ordenado e a pesquisa científica nos locais onde esses animais se concentram em suas andanças.

O objetivo da criação desse enorme santuário foi proteger a vida marinha, visando a preservação e proteção desses cetáceos e firmar posição do Brasil em relação à caça das baleias, que é autorizada em vários países do mundo. Além disso, fomenta a pesquisa e o uso econômico sustentável de baleias e golfinhos em benefício dos moradores da zona costeira, incentivando o ecoturismo e atividades educacionais, como a observação de baleias.

Outra atividade brasileira de grande relevo à proteção da fauna dos oceanos é o Projeto TAMAR (tartarugas-marinhas), que revolucionou a luta pela preservação de espécies ameaçadas de extinção. A ideia desse projeto surgiu nos anos 1970, por meio de um grupo de estudantes de oceanografia que passava pelo Atol das Rocas e presenciou pescadores matando tartarugas-marinhas.

Esses estudantes enviaram fotos e relatório às autoridades ambientais da época, que elaboraram

PORTOS E PRAIAS

um projeto e este logo ganhou a forma do TAMAR, em 1980. Hoje, o projeto tem 24 bases na costa brasileira, do Ceará a Santa Catarina, com uma metodologia de trabalho que envolve as comunidades de cada um desses locais, gerando renda e desestimulando o uso de tartarugas como alimento.

As diversas espécies de tartarugas-marinhas desovam na areia, em solo firme, e os filhotes chegam ao mar com a proteção das áreas e ajuda de voluntários que os carregam. A primeira base foi instalada em Praia do Forte, a norte de Salvador, na Bahia, que é um ponto turístico visitado o ano todo. Eles pagam ingressos e compram camisetas e outros produtos, auxiliando o ICMBio a financiar o projeto.

Nas bases, os animaizinhos, que poderão viver por centenas de anos, recebem uma plaquinha de metal, que é afixada nos cascos, o que possibilita sua localização nos seus redutos tradicionais. De todo jeito, eles continuam ameaçados, mais perto do que se imagina. No Mercado Modelo de Salvador, por exemplo, os turistas são abordados por pessoas que discretamente lhes oferecem filhotes de tartarugas que trazem nos bolsos, a preços módicos.

As cidades costeiras têm nos oceanos – o Atlântico, no caso do Brasil – uma grande fonte de receitas, propiciadas pelo movimento econômico nas zonas portuárias e nas áreas de praias. São muitas as atividades que giram em torno desses dois ramos, que vão desde o vendedor de picolés nas areias de praias até o operador de terminal graneleiro que embarca soja ou minérios no rumo da Ásia ou Oriente Médio.

As medidas de contenção da mobilidade social, provocadas pela crise do coronavírus, revelaram o quanto é difícil evitar que as pessoas frequentem as praias existentes em toda a orla marítima brasileira. Prefeituras de cidades que têm praias muito usadas proibiram o acesso, mas em nenhum lugar do País essas medidas surtiram os resultados esperados, ou seja, embora menos lotados, esses balneários receberam muitos visitantes todos os dias.

É certo que a população brasileira sempre esteve mais presente na região costeira, exigindo ações firmes de governantes na tentativa de ocupar o território nacional por inteiro. A decisão oficializada





logo após a Proclamação da República, em 1889, de se construir uma nova capital na parte central do Brasil, foi implementada de imediato, com a demarcação dessa área pela Missão Cruls, aprovada pelo Congresso Nacional em 1894, mas a construção demorou muitas décadas pra sair do papel.

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, uma missão importante era a “Marcha para Oeste”, mas nem assim surgiu a nova capital. Foram construídas algumas cidades, como Goiânia – a nova capital de Goiás, por disputas políticas locais, entre o governador indicado por Vargas, Pedro Ludovico Teixeira, e as oligarquias dos Caiado – e o assentamento rural de Ceres, mas nada de uma nova sede do governo federal.

O fato é que nem diante da ameaça de morte pelo maldito vírus e das medidas de isolamento de governos locais, as praias não ficaram completamente vazias. Por menos gente que tenham, porém, elas continuam sendo depósitos de restos de piqueniques, que a maré recolhe. E nenhum desses governos dispunha de forças policiais ou funcionários de fiscalização suficientes pra garantir o cumprimento de suas decisões em todas as praias, de modo que a escolha tem ficado com as pessoas e essas, em muitos casos, optam pelo seu apego ao mar.

Também fica a cargo dos governos locais a ordenação urbanística das áreas de praias, o que inclui o padrão arquitetônico das edificações. Muitos municípios proíbem a construção de prédios elevados ou muito fechados próximos da orla, evitando a formação de sombras e a pouca circulação de ventos. Um caso típico de agressão especulativa do mercado imobiliário é o de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Esta é uma cidade de praia muito famosa, que tem seus 150 mil habitantes, mas que no verão atrai turistas de todos os estados do Sul e da Argentina, que elevam sua população pra mais de um milhão de pessoas. No entanto, as praias encantadoras, paradisíacas, ficam parte do dia sombreadas pelos edifícios que tomam toda sua área à beira-mar. No

mercado imobiliário, a cidade é citada como “a nova Bahrein”, por causa da quantidade de prédios altos.

O riquíssimo empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, é da região e se orgulha de que já começou a construir “o arranha-céu mais alto do Brasil”, bem juntinho da praia. E ele tem vários outros terrenos em pontos cobiçados de Camboriú, nos quais promete erguer mais uma quantidade de torres luxuosas.

LUCROS

É verdade que as praias de Santa Catarina, inclusive as 42 que estão na Ilha de Florianópolis, são atraentes o ano inteiro, embora no inverno a água fria do mar seja pouco convidativa. Contudo, o que se pode dizer é que Balneário Camboriú já não é mais aquele reduto de belas praias e colinas – na prática é um grande centro de eventos, aonde o visitante vai pra encontrar amigos, ir a festas, discutir com argentinos, fazer negócios e de tudo um pouco, mas pouco banho nas águas salgadas. O mar é apenas um chamariz.

De todo jeito, contudo, o Brasil retira dos oceanos menos do que eles oferecem, a começar pelo transporte de cargas e passageiros. Boa parte das cargas que fazem o percurso entre São Paulo e Rio de Janeiro por rodovias, por exemplo, poderia ir em navios, e o mesmo ocorre com passageiros, que usam embarcações apenas em pequenos percursos, mas qualquer viagem interestadual é feita por rodovias ou aviões.

A própria passagem de cruzeiros, com 5.000 passageiros ou mais, é mal aproveitada, pela falta de estrutura, inclusive de segurança. É comum ouvirmos notícias de que um desses navios ficou ancorado em algum porto brasileiro por alguns dias, mas nenhum passageiro sequer desceu, por temor de assaltos e outros tipos de violência.



Jaime Sautchuk –
Jornalista. Escritor.



SOCÓ-BOCA-D'ÁGUA

Manoel de Barros

Socó-boca-d'água meio que espicha seu corpo pra trás, como se quisesse conversar de costas; alonga o pescoço esgalgo, arregala o olho vermelho, e vê dos treze lados.

Tem fino ouvido de barata, esse pássaro. Não boceja nunca. Cisma até com a sombra das borboletas. E avisa os perigos desde ontem.

Sempre alarmado, em cima do susto, como um galo que está viajando em canoa bêbada, não para de vigiar destinos e mutucas.

Ninguém tira retratos dele para enfeite. Não entra em jardins. Sonda a hora das cobras e dos grilos subjacentes. E não sabe se casa tem portas.

Se uma lontra ele vê, exorciza. Pula de lado três passos. E para atencioso, esgalgado. Logo advinha o que tem na cabeça da lontra. E detona o alarme. Parece que sopra no mundo uma avena entupida de areia. Diante de tanto barulho, esse cachorro d'água se manda assustado.

O socó-boca-d'água é puro de corixo. Pantaneiro escarrado. Sabe onde mora o peixe desde quando por aqui era mar de Xaraés. E atrai os rubafos com ceva de falenas.

Por cima dos camalotes, disfarçados, os socós-boca-d'água conversam como inocentes lavadeiras. Parecem a mãe dos peixes.

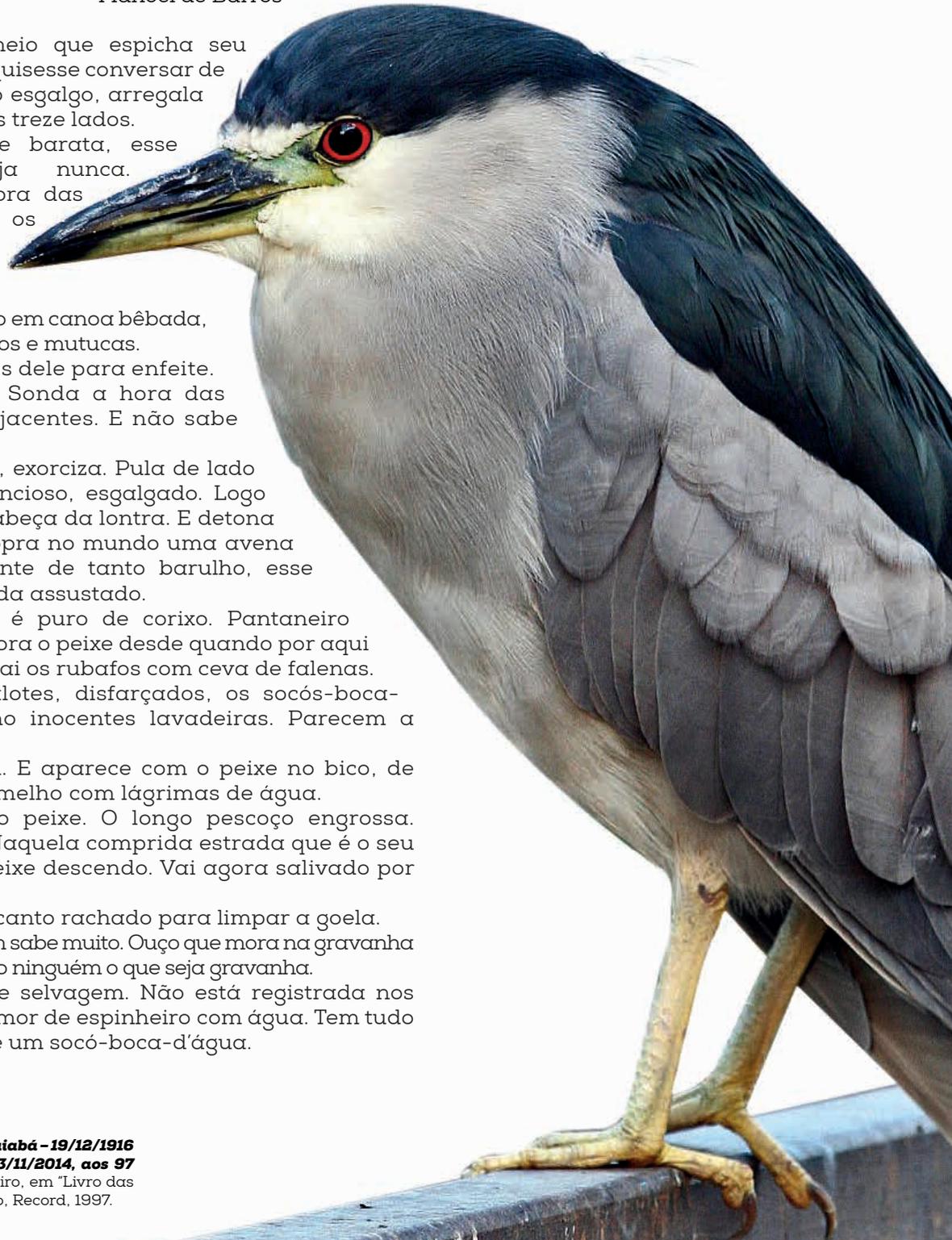
Súbito mergulha um. E aparece com o peixe no bico, de atravessado. O olho vermelho com lágrimas de água.

Engole sem guspe o peixe. O longo pescoço engrossa. Arregala muito o olho. Naquela comprida estrada que é o seu pescoço, a gente vê o peixe descendo. Vai agora salivado por uma gosma cinzenta.

Organiza depois um canto rachado para limpar a goela.

Desse pássaro ninguém sabe muito. Ouço que mora na gravanha - ou no gravanha. Sabendo ninguém o que seja gravanha.

A palavra é bonita e selvagem. Não está registrada nos léxicos. Ouço nela um rumor de espinheiro com água. Tem tudo para ser ninho e altar de um socó-boca-d'água.



Manoel de Barros (Cuiabá - 19/12/1916 - Campo Grande - 13/11/2014, aos 97 anos). Poeta pantaneiro, em "Livro das Pré-Coisas", 2ª edição, Record, 1997.

MAIS UM ESTUDO COMPROVA A EFETIVIDADE DA TRIBUTAÇÃO DOS MAIS RICOS

Maria Regina Paiva Duarte



A Nota de Política Econômica nº 008, divulgada pelo Centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades da Universidade de São Paulo (Made- USP), intitulado Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres, aponta questões essenciais no debate sobre a taxação dos mais ricos.

Em resumo, o estudo publicado em fevereiro diz que:

Levando em consideração a atual estrutura distributiva da economia brasileira e as distintas propensões a consumir de cada estrato de renda, mostramos que cada R\$ 100,00 transferidos do 1% mais rico para os 30% mais pobres geram uma expansão de R\$ 106,70 na economia. No mesmo sentido, utilizando o desenho do Auxílio Emergencial de 2020, calculamos que cada R\$ 100,00 pagos através do programa aumentam a renda agregada em R\$ 140,00. Por fim, avaliamos uma política de proteção social

financiada a partir de tributos sobre o 1% mais rico, que garanta a transferência de R\$ 125,00 mensais para os 30% mais pobres. A medida eleva o multiplicador da economia, tornando mais expansionista qualquer nova injeção de demanda. Seguindo o exemplo anterior, os mesmos R\$ 100,00 elevam, nesse caso, em R\$ 109,00 a renda. Além disso, estimamos que a implementação de uma política como essa pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB.

O que parece óbvio ficou demonstrado neste estudo. Distribuir renda dos mais ricos, cuja propensão a gastar é muito menor em relação a dos mais pobres (“enquanto uma transferência de R\$ 1,00 de renda adicional para os 10% mais pobres resultaria, em média, em uma alocação média de R\$ 0,87 em consumo, para o 1% mais rico esse valor seria de apenas R\$ 0,24, sendo a maior parte convertida em poupança”) é uma das formas mais justas de reduzir desigualdades e movimentar a economia, principalmente pelo efeito multiplicador.

As repercussões foram positivas, mas, como seria de esperar, as reações contrárias também apareceram com força. De novo, os surrados discursos como o da impossibilidade prática da medida e o da fuga de recursos retornam. Fazem o serviço, melhor chamar de desserviço, de tentar impedir a implementação de políticas de redistribuição de renda e redução da desigualdade pelo lado das receitas. Solapam a ideia-força da medida e confundem as pessoas, inclusive as que acham que vão ser penalizadas com mais tributo e estão longe de serem consideradas ricas.

No estudo feito pelo Made-USP, inclusive, sequer se fala em tributar grandes fortunas, ou elevar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), especificamente. Os autores fizeram uma simulação, preliminar e simplificada, do impacto que teria um programa que eleve a tributação do 1% mais rico e transfira os recursos obtidos aos 30% mais pobres, constatando efeitos expressivos sobre o crescimento do PIB. Lembremos que no Brasil o 1% dos mais ricos se apropria de quase 28% da renda total, o que nos faz perder apenas para o Catar em termos de concentração de renda. Portanto, é preciso em caminhar essa elevação da tributação maior sobre mais ricos, há algumas medidas possíveis, não objeto do estudo, mas evidente que este traz dados e conclusões importantes e necessárias.

Na Campanha Tributar os Super-Ricos fica muito claro quem, de fato, seriam as pessoas afetadas por uma tributação mais justa e progressiva. Pessoas físicas que ganham mais de R\$ 70.000,00 mensais, com mais de R\$10 milhões de patrimônio, ou que tenham recebido heranças e doações historicamente subtributadas, que passam de geração em geração sem contribuírem com os devidos e justos tributos. Representam 0,028% dos mais ricos do país, uma parte extremamente pequena da população brasileira.

E não só pessoas físicas precisam pagar mais, como prevê a Campanha. Empresas altamente lucrativas como as do setor extrativo mineral e os bancos podem ter elevação na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que serve tanto do ponto de vista da arrecadação como da distribuição, já que a CSLL ajuda a financiar a seguridade social. Ou seja, retira de um setor que pode contribuir mais para outro que necessita mais.

É preciso enfrentar essa questão da tributação dos super-ricos e promover as medidas necessárias para tal. Na Campanha Tributar os Super-Ricos, apoiada por mais de 70 entidades, as propostas estão amparadas em projetos de lei já apresentados ao Congresso Nacional.

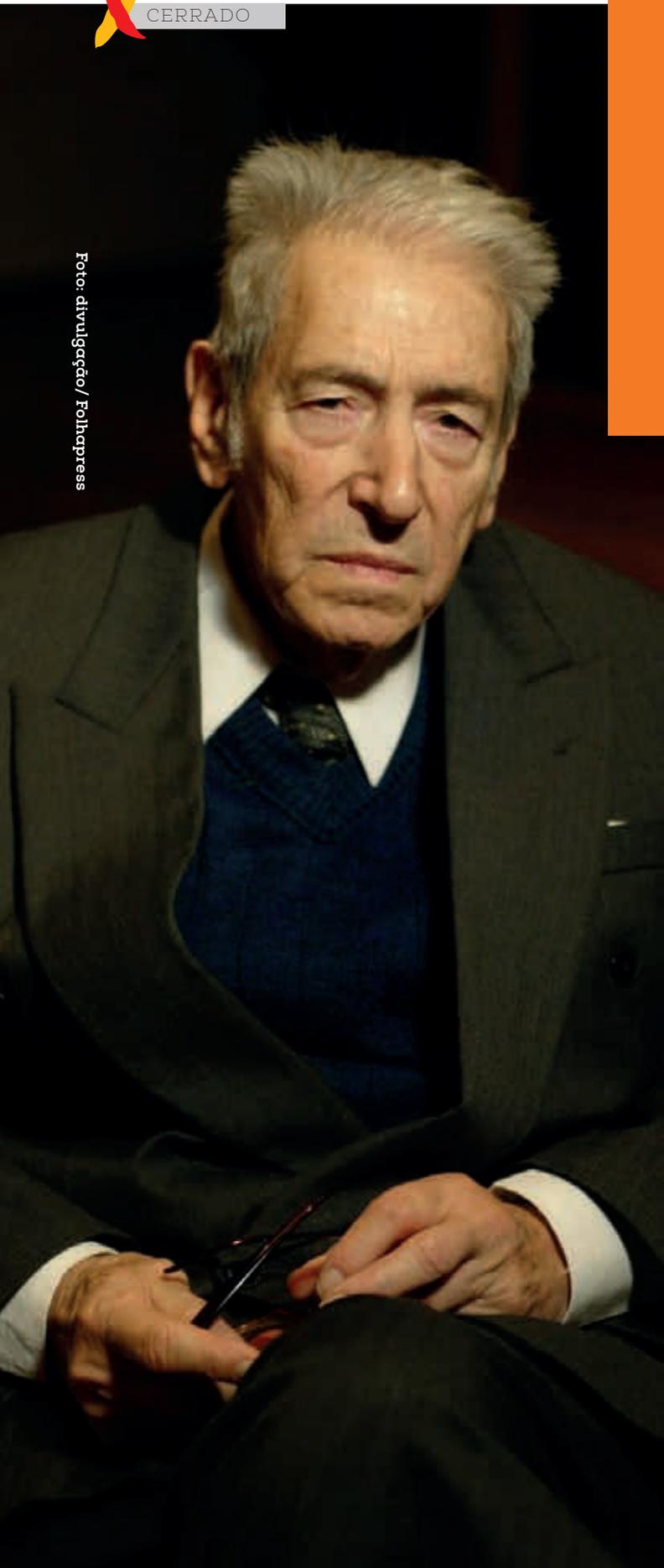
A crise sanitária da pandemia trouxe consigo um aprofundamento da crise econômica, já estabelecida, que provavelmente não havíamos visto antes. Não será possível promover o desenvolvimento econômico inclusivo, que retire o Brasil do mapa da fome da ONU para o qual voltamos há algumas semanas, sem recursos para a saúde, sem pagamento de auxílio emergencial.

Precisamos de recursos, de arrecadação. De revogar o teto de gastos também, medida que limita o aumento dos gastos em saúde e educação por 20 anos e afeta a população mais pobre e vulnerável, que depende do Estado para sobreviver.

Ficou evidente, nesta pandemia, a importância do Estado. Fortalecê-lo é fundamental e Tributar os Super-Ricos é uma alternativa justa, solidária e que salva vidas. Vamos apoiar!



Maria Regina Paiva Duarte – Auditora fiscal aposentada da Receita Federal e presidenta do Instituto Justiça Fiscal, umas das 70 entidades que participam da Campanha Tributar os Super-Ricos.



OS CAMPOS DE INDAIÁ DO PROFESSOR AB'SÁBER

Altair Sales Barbosa

Nos subsistemas que compõem o Sistema Biogeográfico do Cerrado, existiam diversos ambientes particularizados, endêmicos, que caracterizavam fisionomias próprias, singulares, do ponto de vista da flora e da geomorfologia.

Assim eram os Covais ou Campos de Murundus, no sudoeste de Goiás, atualmente reduzidos a pequenos remanescentes ou totalmente desconfigurados. Também no sudoeste de Goiás, existia uma profusão imensa de cupinzeiros, que formavam os Campos da Bioluminescência.

No local, atualmente existem grandes plantações, que caracterizam extensas áreas com monocultivos, e até uma grande cidade denominada Chapadão do Céu, ocupa a outrora área, dominada pelos cupinzeiros.

Entre esses ambientes particulares podem ser incluídas as intermináveis Campinas dos chapadões ocidentais da Bahia. Também as Campinas salpicadas de gramíneas do hoje denominado Setor Universitário, em Goiânia, Goiás. E, na mesma cidade, os Campos de Macambira, local ocupado essencialmente pelo Setor Pedro Ludovico.

Outro exemplo de singularidade ambiental era constituído pelo Mato Grosso Goiano, cuja fisionomia vegetal constituída por florestas subúmidas ombrófilas, associadas a um solo de alta fertilidade natural, se estendia desde as nascentes do rio Meia Ponte até a cidade de São Miguel do Araguaia, em Goiás.

Esse ambiente era tão marcante que, na antiga divisão geográfica de Goiás, constituía-se numa Microrregião Homogênea. Atualmente, apenas alguns relictos desse ambiente existem; ainda assim, também desconfigurados.

Entre o município de Alto Paraíso em Goiás e Aurora do Tocantins, existiam, em grandes concentrações, os Campos de Arnica, hoje reduzidos, devido ao extrativismo sem controle.

Outro exemplo de ambientes singulares expressivos eram os Mini- Pantanais, inclusive, ostentando o mesmo tipo de fauna que caracteriza o grande Pantanal Mato-Grossense. Esses pequenos

pantanaís estavam situados no município de Acreúna em Goiás, entre os rios Turvo e Verdão, e ocorriam também entre os municípios de Alvorada do Norte e Flores de Goiás, na vertente do rio Corrente que deságua no Paranã.

Desde 1972, percorri com o professor Ab'Sáber vários desses ambientes peculiares, para entendermos as particularidades do Cerrado, principalmente aquelas referentes aos eventos passados, que modelaram fisionomias geológicas, geomorfológicas e botânicas. No caso do professor Ab'Sáber, ele procurava complementar dados colhidos em viagens anteriores. Infelizmente, a maior parte desse material se encontra inédito.

Um desses ambientes que mais impressionava o professor Ab'Sáber era aquele denominado por ele de Campos de Indaiá, situado no sudoeste de Goiás.

Todavia, antes de comentar sobre esse ambiente, quero dedicar algumas palavras ao grande mestre, embora reconheça que sejam desnecessárias, mas não custa ressaltar.

O professor Aziz Nacib Ab'Sáber foi um dos mais lúcidos intelectuais brasileiros dos séculos XX e XXI, tinha um senso de observação apurado, comum aos grandes pesquisadores.

Tudo era observado dentro de uma visão de globalidade, que tinha sempre como parâmetros espaço e tempo, mas não se detinha somente nas paisagens. Era um crítico responsável e criterioso do sistema político brasileiro, dos modelos de universidades, das formas de ocupação do espaço, ocorridas ao longo do tempo, no território brasileiro.

Foi criador da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – e esteve presente na reunião de Arqueologia, em Goiânia, em 1980, onde ajudou de forma decisiva na criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB.

Os Campos de Indaiá ocupavam, de forma mais concentrada, o interflúvio entre os rios Doce e Claro, no município de Jataí, Goiás, onde ocorre uma certa mistura de rochas, de formações geológicas de idades diferenciadas, como os arenitos Botucatu e Bauru, intercalados com solos intemperizados da Formação Serra Geral.

Esta paisagem foi classificada por Ab'Sáber, quando da sua primeira viagem ao Centro-Oeste do Brasil, em 1946, acompanhado de Miguel Costa, em expedição patrocinada pela Fundação Brasil Central.

A fisionomia que caracteriza os Campos de Indaiá é uma paisagem geomorfológica ligeiramente plana, onde predomina de forma muito densa a ocorrência de tufos da palmeira campestre, conhecida pelo nome científico de *Attalea geraensis*.

Trata-se de uma palmeira, Família *Arecaceae*, com caule subterrâneo. As folhagens na forma de touceiras chegam a um metro de altura, acima da linha do solo,

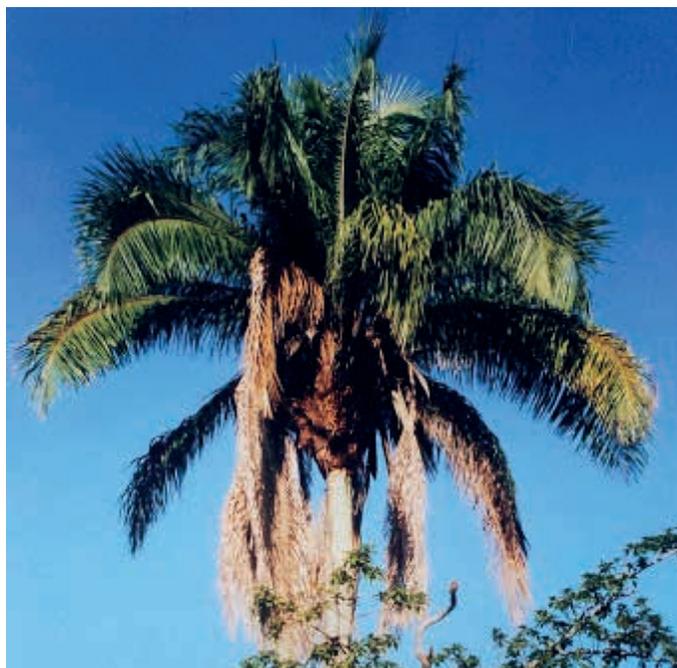
com copas de até três metros, que se sobressaem das vegetações herbáceas ali existentes. Sempre nas proximidades dos indaiás existe um cupinzeiro.

Era comum ver comunidades de tamanduás-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) no local. Segundo depoimento oral do professor Horieste Gomes, a quantidade de perdiz existente no local era tanta, que motivava caravanas de caçadores provenientes de São Paulo, que chegavam até o local para caçar este animal aos montes. Após abatidos, eram preparados ali mesmo e conservados em latas de banha e, depois desse processo, seguiam para abastecer restaurantes de luxo, na capital paulista.

A última vez que pude visitar esses campos, juntamente com o professor Ab'Sáber, foi em julho de 1975. Embora já modificado, o ambiente ainda mostrava certa singularidade e ainda observamos algumas famílias de tamanduás que ali sobreviviam.

Atualmente, este significativo ambiente não existe mais. No local só se veem plantações de canaviais e outras monoculturas. Parece que não, mas se penetrarmos além das aparências, logo constataremos os sinais dos desequilíbrios ambientais causados por essa situação.

Os escritos do professor Ab'Sáber estão por aí, nas bibliotecas, num livro, num arquivo etc. De certa forma sobreviveram. Quem sabe um dia teremos tecnologias e conhecimentos suficientes para vencermos as entropias ambientais que provocamos. Caso contrário, seguiremos os caminhos das incertezas, até quando pudermos.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.



FOI GOLPE, FOI DITADURA

Emir Sader

O Brasil votaria pela quinta vez consecutiva para presidente da República em 1965. Os candidatos seriam JK, Lacerda e Brizola. (Não era seguro que Brizola pudesse ser candidato, por ser cunhado do Jango. Nós saímos para pixar as paredes com "Cunhado não é parente. Brizola para presidente").

O golpe de 1964 interrompeu a democracia e foi um marco que divide a história brasileira. Depois de 19 anos apenas de retomada da democracia, as FFAA tomaram o poder, destruindo a democracia brasileira e permanecendo no poder durante 21 anos.

Houve intervenção no Congresso e no Judiciário, cassando grande quantidade de parlamentares e de juizes. Tudo o que era democrático foi vítima de ataque, de destruição, de prisão, de morte. Houve, sobretudo, repressão generalizada sobre o movimento popular, sobre os partidos e movimentos sociais, sobre o sindicalismo, sobre a intelectualidade de esquerda, sobre as universidades, sobre a militância de esquerda em geral.

Gregório Bezerra, negro, comunista, pernambucano, foi preso e arrastado pelas ruas de Recife amarrado com corda a um jipe. Era a forma de exibir o que o novo regime estava disposto a fazer com quem resistisse à ditadura.

Milhares de brasileiros foram presos, torturados (a tortura passou a ser a forma sistemática de interrogatório), mortos, exilados. Milhares deles ficaram desaparecidos.

O Estado brasileiro foi militarizado, com a sua ocupação pelas FFAA. A ideologia de segurança nacional, que caracterizava como subversiva e que deveria ser atacada e destruída, qualquer expressão de divergência.

Os líderes do golpe foram os generais Humberto Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, que haviam fundado a Escola Superior de Guerra, em 1949, para protagonizar a "luta contra a subversão" durante a guerra fria.

As FFAA passaram a decidir quem deveria ser o presidente do Brasil, escolha que era referendada pelo Congresso. Passaram a ser eles, e não o povo brasileiro, quem escolheu a autoridade máxima do país, ditadores e não presidentes eleitos pelos brasileiros.

O Brasil viveu, durante a ditadura militar, o pior momento da sua história. É muito grave que um político faça a apologia do golpe e da ditadura, que tenha homenageado o pior torturador no Congresso. A tortura é um crime inafiançável, pela barbaridade que representa. Quem faz sua apologia deve ser processado, condenado e preso.



Emir Sader

Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



AS MARCAS DA TORTURA SOU EU

Dilma Rousseff

"Fui interrogada dentro da Operação Bandeirantes (Oban) por policiais mineiros que interrogavam sobre processo na auditoria de Juiz de Fora e estavam muito interessados em saber meus contatos com Ângelo Pezzuti, que, segundo eles, já preso, mantinha comigo um conjunto de contatos para que eu viabilizasse sua fuga.

Eu não tinha a menor ideia do que se tratava, pois tinha saído de BH no início de 69 e isso era no início de 70. Desconhecia as tentativas de fuga de Pezzuti, mas eles supuseram que se tratava de uma mentira. Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório é inocente. Você não sabe nem do que se trata (...)

Não se distinguia se era dia ou noite. O interrogatório começava. Geralmente, o básico era choque [...] Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador 'experiente', ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina.

Muitas vezes também usava palmatória; usava em mim muita palmatória. Em São Paulo usaram pouco esse 'método'. No fim, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início, não tinha hora. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito (...)

Quando eu tinha hemorragia, na primeira vez foi na Oban (...), foi uma hemorragia de útero. Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia. Em Minas, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me davam choque elétrico e depois paravam (...)

Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu. [...] Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz [capitão Alberto Albernaz, do DOI-Codi de São Paulo] completou o serviço com um soco, arrancando o dente (...)

A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro (...)

O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida."



Foto: Arquivo Público

Dilma Rousseff - presa política, torturada pela ditadura militar, ex-presidenta do Brasil. Excertos de relato feito em 2001 ao Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh) de Minas Gerais e de depoimentos e entrevistas diversas, registradas pela mídia nacional. Dilma foi presa em São Paulo no dia 16 de janeiro de 1970. Condenada em primeira instância a seis anos e um mês de prisão, e teve os direitos políticos cassados por dez anos. Depois, conseguiu redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e deixou a prisão no final de 1972.



CARTA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: 18 ANOS DA LEI Nº 10.639/03

Iêda Leal



Foto: divulgação/ J. Soares

NÓS, do Movimento Negro Unificado – MNU, juntamente com os demais movimentos negros e sociais; educadoras, educadores; lideranças sindicais, políticas, quilombolas; organizações não governamentais; CARTA estudantes, apresentamos nossa indignação com a total negligência dos Governos Municipais e Estadual e, de forma acintosa do Governo Federal, com a real efetivação da Lei nº 10.639/03, sancionada há exatamente dezoito anos passados, como também das leis educacionais nº 11.645/08 e 12.796/13.

EXIGIMOS ações efetivas dos vários órgãos e instâncias que não têm cumprido seu papel social de acompanhar, subsidiar, fiscalizar, zelar e/ou defender o efetivo cumprimento da legislação em vigor, agindo proativamente quando houver descompasso nesse cumprimento.

Ao entendermos a educação como um processo de desenvolvimento humano, que também se processa em espaço público responsável, onde o conhecimento e o fazer pedagógico deverão expressar a cultura de uma nação, reforçamos que a escola deverá expressar

a lei nº 10.639/03 em toda sua abrangência. A inclusão da obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, referendando a luta do povo negro no Brasil e sua contribuição nas áreas sociais, econômica, política, obriga a escola a rever seu currículo e cumprir as orientações do Conselho Nacional da Educação, que propõe Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Assim, é posto o desafio de abrir as portas escolares, por meio de seus currículos, em prol dos direitos do povo negro enquanto sujeitos que representam 54% ou mais da nação Brasileira, avançando na construção de uma sociedade antirracista e mexendo nas estruturas que ferem a democracia.

Observando o acima explicitado, afirmamos que a não efetivação desta lei nos espaços escolares nesses dezoito anos de existência é, sem dúvida, uma nítida expressão do racismo institucional brasileiro que certamente deverá ser enfrentado coletivamente, e os vários segmentos que compõem a nação brasileira deverão ser protagonistas nesse enfrentamento.



Dessa forma, reconhecemos que:

- MINISTÉRIO PÚBLICO - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL / OAB. É providencial e urgente que o Ministério Público (também em suas representações nas esferas municipais e estaduais) se posicione para assumir seu importante papel como órgão defensor da ordem jurídica, que fiscaliza se as leis estão sendo cumpridas e zela pelos direitos da coletividade agindo proativamente para se fazer cumprir a legislação em vigor, não escolhendo a pseudoneutralidade, sendo desta forma conivente com este racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira se articulando na educação, obstaculizando a implementação efetiva da Lei nº 10.639/03.
- Levando em consideração a urgência de fazer articulações entre órgãos e instâncias, garantindo o atendimento das reivindicações expostas nessa carta, acreditamos que Ministério Público e a OAB, certamente poderão colocar-se à frente, buscando de forma jurídica, fortalecer as reivindicações aqui colocadas pelos representantes da Sociedade Civil.
- A OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, no cumprimento de suas finalidades como uma organização de serviço público que tem como premissa: *“defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”*, deverá também se posicionar proativamente, intensificando ações nessa empreitada de fazer valer essa legislação.

Assim sendo, apresentamos como demanda a essa organização que tem tanta representatividade histórica na luta pelos direitos humanos no Brasil que estabeleça, juntamente com o Ministério Público, diálogos horizontais com os educadores e educadoras, Secretarias de Educação, Conselho de pais e mães, conselhos Estaduais, municipais e Federal de Educação, sindicatos, criando uma agenda especial para este 2021, ano em que a Lei nº 10.639/03 completa dezoito anos, para discutir e fomentar ações que desencadeiem ações objetivas de fiscalização eficiente e monitoramento do cumprimento da referida Lei e de suas diretrizes.

- OS CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Observando suas funções como órgãos que não apenas regulamentam as leis, mas também zelam, por meio de seus instrumentos próprios, pelo cumprimento delas, deverão retomar com mais efetividade as ações

- que muitas vezes foram negligenciadas, ações estas que já se encontram amplamente delineadas desde 2009, no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- Considerando a premissa de que se torna necessário *“o desenvolvimento da empatia, ampliação de conhecimentos e ação colaborativa entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Federal de Educação no trato da temática”*, propomos que seja incentivada e construída uma agenda básica comum dos Conselhos de Educação, contemplando ações articuladas para a consolidação de ações. Assim, o incentivo e o estabelecimento de formas mais incisivas de ações patrocinadas por esses conselhos serão certamente estratégias a serem adotadas, sendo que uma dessas ações deverá ser a de, em parceria com a Câmara de Vereadores, instituir as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- GRUPOS COLEGIADOS, SINDICATOS, FÓRUMS DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE; NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (NEABs); NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABIs); CONSELHOS DE COMUNIDADE NEGRA.
- O exercício democrático pressupõe a participação das várias instâncias e órgãos da sociedade. Cada uma, dentro das suas especificidades, certamente poderá dar a sua colaboração para monitorar e reivindicar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.639/03, tornando-se protagonista nessa construção coletiva.
- Nesse sentido, o convite é feito a todos esses grupos que também têm seu papel social e político a cumprir. Além de todas as outras possibilidades que esses grupos podem enxergar em seu interior, dialogando com seus membros, sugerimos que adotem oficialmente este ano de aniversário da lei como aquele em que o objetivo das ações seja o de questionar as instâncias governamentais sobre a implementação das Legislações de promoção da igualdade racial na educação.
- GOVERNOS MUNICIPAIS, SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - Os cidadãos e as cidadãs, aqui representados nesta carta reivindicatória pelos órgãos e instâncias que a assinam, convocam os governos Municipais e as Secretarias de Educação a acionarem os mecanismos normativos e jurídicos de sua alçada que sejam capazes de fazer com que essa Lei saia do papel e esteja presente de forma objetiva nos espaços escolares.



- Nesse sentido convocamos, inicialmente, a Câmara Municipal, por meio de seus vereadores, a instituírem, por meio de legislação condizente, as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- A Secretaria de Educação assumirá sua função de assegurar a implementação dessas Diretrizes, acompanhando e avaliando os resultados, bem como orientar as equipes gestoras e técnicas da Secretaria de Educação sobre a aplicabilidade da Legislação Étnico-Racial. Este trabalho deverá ser coordenado por uma equipe técnica que deverá ser instituída, formando um Grupo Gestor de Promoção da Igualdade Racial na Educação (GGPIRE) nos quadros das Secretarias de Educação, garantindo, dessa forma, a efetividade do trabalho a ser realizado.

Face ao exposto e diante de direitos desrespeitados, negligenciados por órgãos e instâncias em todas as esferas governamentais, não observando:

- Os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em convenções, entre outros, a Convenção da UNESCO, de 1960, relativa ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como os da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001;
- O Decreto nº 1.904/1996, relativo ao Programa Nacional de Direitos Humanos, que assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país;
- O Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- O Inciso I da Lei nº 9.394/1996, relativo ao respeito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; diante dos Artigos 26, 26 A e 79 B da LDB, estes últimos introduzidos por força da Lei nº 10.639/2003.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, etapas e modalidades, que indica que cabe aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientá-los, promover a formação dos/as professores/as para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e para Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como supervisionar o cumprimento das diretrizes.

CONCLUÍMOS, enfatizando que o Brasil passa por um momento muito difícil, que não cabe posição de

neutralidade. O silêncio nesse momento é conivente. Silenciar é escolher um lado. Nesta perspectiva, os cidadãos e cidadãs que assinam esta carta, imbuídos da sua representatividade, compreendem que as Políticas Públicas de Ação Afirmativa voltadas para a promoção e valorização da Igualdade Racial na Educação devem ser prioridade e compromisso central de Estado e de Governo. E cabe à sociedade civil zelar e exigir que essa premissa seja respeitada e cumprida. Esse é o objetivo desta carta que será encaminhada para os vários órgãos e instâncias, apresentando a indignação pela falta de cumprimento do aparato legal que respalda a implementação da Lei nº 10.639/03.

PORTANTO, neste ano de 2021, em que se completam dezoito anos da Lei nº 10.639/03, os movimentos negros e sociais; educadoras; educadores; lideranças sindicais, políticas, quilombolas; organizações não governamentais, representantes da Sociedade Civil nos Conselhos Municipal, Estadual e Federal de Promoção da Igualdade Racial, vêm a público exigir a construção de uma agenda coletiva de mobilização municipal, estadual e nacional, com ações efetivas em relação ao exposto nesta carta.

CONFIGURA-SE como mais uma tentativa de avançar rumo às mudanças necessárias. É nessa resistência democrática que nos colocamos, como cidadãos e cidadãs, diante dos retrocessos políticos que têm assolado, nestes últimos tempos, o Brasil. Resistência e resiliência, sempre! Consolidação da Lei nº 10.639/03, já!

A presente **CARTA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: 18 ANOS DA LEI Nº 10.639/03** - teve, inicialmente, sua redação feita pelas professoras Rosa Margarida de Carvalho Rocha, escritora, pedagoga, mestre em Educação e membro da ABPN, e Maria Abadia Vieira, presidenta do COMPIR Uberaba. E agora essa produção se torna uma Carta Nacional que o MNU, por meio de sua militância, assume em todo o território brasileiro. É tempo de resistência, de resiliência, de sonoridade... que sejamos todos/as agentes da mudança.

Brasil, 31 de Março de 2021

Assinam esta Carta o MNU e 43 outras entidades da sociedade civil organizada



Iêda Leal - Coordenadora Nacional do MNU, Ativista Sindical SINTEGO/CNTE/CUT.



FORMOSA: A CIDADE DOS COQUEIROS

Alfredo A. Saad

Formosa era a “cidade dos coqueiros”, como a definiam viajantes – Carmo Bernardes, por exemplo – que lá chegaram no início do século vinte.

Ao adentrar a cidade, o estranho não divisava casas brancas, ou barreadas, ou os telhados, ou coberturas de capim. O que se via eram coqueiros, às centenas, coqueiros xodó e indaiá, com as copas destacando-se acima das mangueiras. Eram os anunciantes da existência de uma cidade próxima. Principalmente os coqueiros xodó, com seus fustes direitos e esguios.

Cada quintal possuía seus coqueiros xodó (macaúba), às dezenas. Mas, às vezes, eram os coqueiros indaiá que enfeitavam alguns recantos. Nunca se soube se o extenso coqueiral de indaiá era nativo daquele recanto, que os primeiros habitantes escolheram para construir seus ranchos, ou se, nascidos, paulatinamente, a partir de sementes dos coqueirais da redondeza, dispersas, após roída a polpa espessa dos cocos pelo homem e por animais.

Além de utilizados na alimentação da população, mais tarde, os cocos passaram também a ser aproveitados para a fabricação de sabão. Os coqueiros indaiá,

além dos cocos, forneciam as folhas para a cobertura dos ranchos de taipa.

Além disso, esses últimos apresentam uma característica singular: no tronco, acumulam-se nos restos de antigas folhas, a poeira soprada pelo vento, nutrientes que servem de substrato para enormes samambaias. Quanto mais antigo o coqueiro, maiores e mais numerosas as frondes das pteridófitas, atualmente muito utilizadas para decoração.

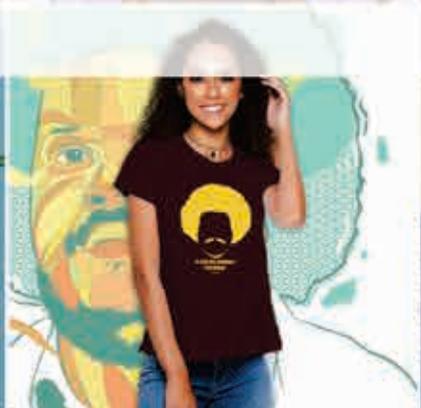
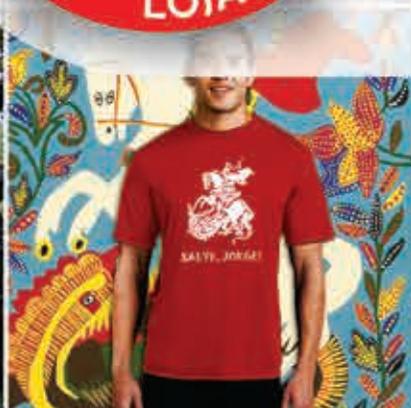
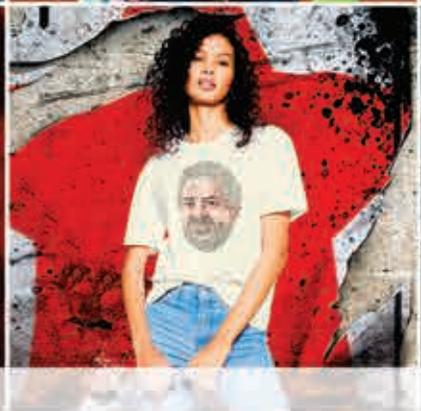
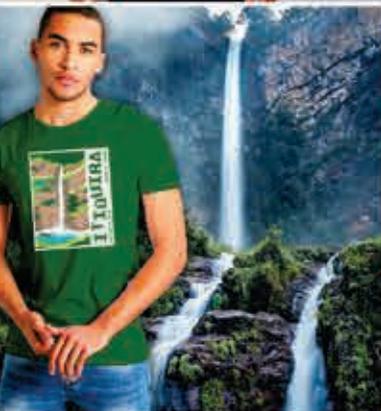
Era costume do homem do campo conservar esses coqueiros, assim como os coqueiros xodó, quando derrubavam o mato para o plantio. Mesmo sofrendo a ação do fogo das queimadas tradicionais do interior do país, ainda hoje utilizadas, os indaiá e os xodó mostram boa capacidade de recuperação e voltam a produzir, após um ou dois anos.

Tanto uma quanto outra espécie eram utilizadas para a produção de óleo combustível para iluminação e para alimentação. O óleo dos cocos era utilizado nas candeias abertas, comuns na região de Couros.



Alfredo A. Saad – Escritor, em *Álbum de Formosa – um ensaio de história e mentalidades*. Obra póstuma, publicada pela família em 2013.







<http://lojaxapuri.info/>



Foto: Lúcia Resende



ROSCA RAINHA

Lúcia Resende

A rosca rainha reina nas mesas da cozinha brasileira desde tempos distantes. Aqui em casa, tem lugar cativo desde os anos 1970, quando peguei gosto mesmo pela cozinha.

Naquele tempo, não havia internet, não havia Google nem YouTube. A gente aprendia basicamente com as pessoas mais velhas, quase sempre da própria família, ou com as amigas que se construía na troca de prosa ao final do dia, nos quitutes passados de uma casa a outra (prato que vem cheio não pode voltar vazio – dizia mamãe), nas receitas trocadas, coisas de outra era. Hábitos que felizmente começam a ser resgatados.

Aprendi esta receita com uma vizinha, a paranaense Ivani, mestra na feitura de pães, a mesma que me ensinou a rosca de batatinha, já publicada na revista Xapuri. Repasso-a aqui, na certeza de que o costume ganhará outras moradas.

INGREDIENTES

3 ovos

1 ½ xícara de açúcar

2 xícaras de leite morno

2 xícaras de água morna

1 colher de chá rasa de sal

1 colher de chá de canela

2 colheres de sopa bem cheias de fermento para pão fresco (ou 2 sachês de fermento seco – 20 gramas)

200 gramas de manteiga derretida

Farinha de trigo o quanto baste (aproximadamente 1 ½ kg)

MODO DE FAZER

Em uma bacia, coloque 1 xícara de leite, 2 colheres de açúcar e o fermento. Misture rapidamente e deixe descansar por cerca de 10 minutos. Acrescente 1 xícara de farinha a essa mistura e deixe descansar mais 15 minutos.

Feito isso, junte os ovos, o restante do leite e da água mornos, o sal, o açúcar, a canela, a manteiga derretida. Misture bem e acrescente a farinha pouco a pouco, sovando, até obter uma massa bem homogênea que solte das mãos e da bacia (mas não fique dura). Sove bastante, cubra com e deixe descansar até dobrar de tamanho.

Unte os tabuleiros, enrole as roscas e deixe crescer novamente. Se quiser, pode colocar uma bolinha em um copo de água pra saber a hora de assar (quando a bolinha subir, a rosca está crescida e pronta pra ir ao forno).

Asse em forno 200 graus até que fiquem coradas. Enquanto aguarda as roscas assarem, prepare uma calda com leite, açúcar e canela. Depois de assadas, pincele as roscas ainda quentes com essa calda.

Está pronta a rosca rainha!



Lúcia Resende
Professora

 @mluciares

30 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS DOS BANCÁRIOS

Cleiton dos Santos.



Foto: Arquivo biblioteca do CUT

A Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) realiza seu 11º Congresso dias 16 e 17 de abril, em meio à mais dramática crise sanitária da nossa história, que já infectou 14 milhões de brasileiros e causou mais de 350 mil mortes pela Covid-19.

“O Brasil já é o país mais atingido pela pandemia em todo o planeta em razão principalmente da ação deliberada de um governo genocida que desde o início negou a gravidade do vírus e nada fez para conter o avanço do morticínio. Por isso, o nosso Congresso deste ano, que marca o aniversário de 30 anos da Federação, terá como bandeira central a luta pela vida dos bancários e de

todos os brasileiros, o que exige vacinação já, para todos”, afirma Cleiton dos Santos, presidente da Fetec-CUT/CN.

“Outro tema fundamental que estamos discutindo é a defesa dos nossos direitos. Nesses 30 anos de existência da Federação do Centro-Norte, graças a inúmeras mobilizações e greves memoráveis, os bancários tiveram importantes conquistas econômicas e sociais, que estão ameaçadas por um projeto de governo ultraliberal a reboque do mercado e contra os interesses dos trabalhadores. E que está comprometendo a soberania nacional, ao entregar o patrimônio do povo brasileiro e desmontar os bancos públicos”, destaca Cleiton.

MAIOR BASE SINDICAL DO PAÍS

Fundada em 19 de janeiro de 1990 e ratificada pelo I Congresso Interestadual da categoria, realizado em março de 1991 em Cuiabá (MT), a Fetec-CUT/CN representa 12 sindicatos de 8 estados das regiões Norte e Centro-Oeste mais o Distrito Federal. São eles: Dourados (MS), Campo Grande (MS), Mato Grosso, Rondonópolis (MT), Médio Araguaia (com sede em Barra do Garças), Brasília, Entorno do Distrito Federal (Ride, GO), Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Por sua amplitude territorial, a Federação dos Bancários do Centro-Norte é a maior base sindical de trabalhadores do planeta.

Filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de defender e ampliar os direitos dos bancários nesses 30 anos, a Fetec-CN tem também integrado de forma incisiva as campanhas e movimentos do povo brasileiro em busca de um país desenvolvido, soberano,

com distribuição de renda, com respeito ao meio ambiente e igualdade de direitos.

“Por isso, a nossa tarefa mais imediata nesse momento é desenvolver todos os esforços para salvar a vida dos brasileiros ameaçados por essa terrível pandemia que vem sendo agravada pela irresponsabilidade do governo federal. É uma crise sanitária que está aprofundando a crise econômica, aumentando o desemprego e trazendo de volta a fome ao nosso país. Outro desafio é barrar a venda do patrimônio nacional, proteger os bancos públicos e as empresas estatais, que serão fundamentais para o país sair da crise e voltar a crescer. E para isso só há dois caminhos: vacinação já para todos e Fora Bolsonaro”, conclui Cleiton dos Santos.

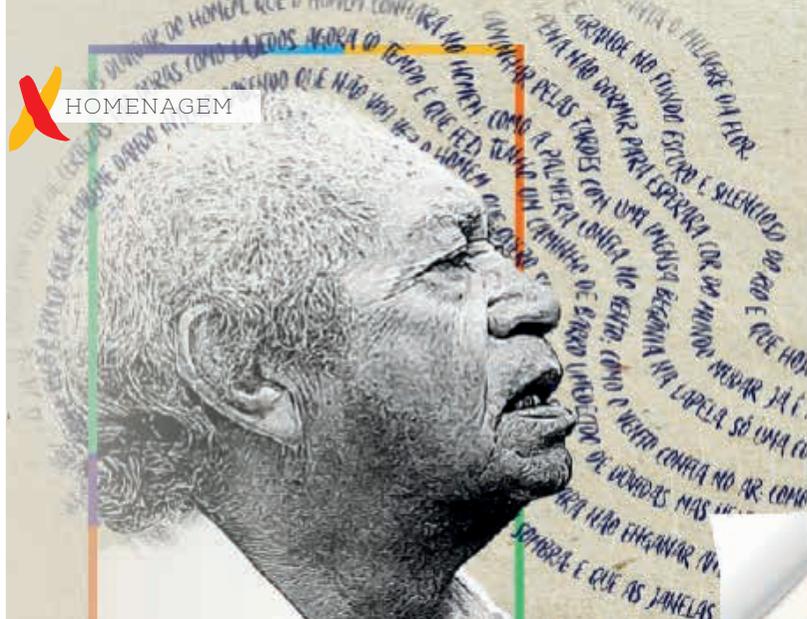


Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

XI CONGRESSO DA FETEC-CUT/CN

EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS D@S BANCÁRI@S

16 e 17 de Abril
Evento Online



CANÇÃO PARA THIAGO: TETÊ E ALZIRA, SUAS DANADAS.

José Ribamar Bessa Freire.

“Passa pra cá, Tetê, vamos acabar de amor”.

Autor anônimo. De Manuel Bandeira para Thiago)

Na terça, 30 de março, Thiago de Mello completou 95 anos. Celebramos juntos vários aniversários seus, o primeiro deles em 1968, numa semiclandestinidade no Rio de Janeiro, sempre com uma canção.

O outro ocorreu no exílio em Santiago do Chile, em 1970. Foi um *cumpleaños* supimpa, quando sua filha Isabella, minha afilhada então com dois meses de vida, foi apresentada aos amigos chilenos.

Cantamos então a mesma canção de autor anônimo, que lhe foi ensinada pelo poeta Manuel Bandeira. Ela faz parte da tradição oral e, que eu saiba, nunca foi gravada. Nem o Google, metido a sabichão, registra a sua existência. Tornou-se o “hino nacional” de cada reencontro nosso.

Nós voltamos a cantá-la com outras músicas no aniversário de 80 anos, em um restaurante de Brasília, num coro com sua irmã Cecéu e sua filha Isabella, depois do jantar do qual participaram umas trinta pessoas.

Foi após a homenagem da Câmara de Deputados a Thiago – iniciativa da parlamentar Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) – com exposição dentro do Congresso Nacional de um painel gigantesco contendo na íntegra o poema “Os Estatutos do Homem”, escrito em 1964, mas que logo ganharia o mundo, traduzido em dezenas de línguas.

Tetê recebeu nova cantada em Porto Velho (RO), em 2009, documentada pelo jornalista Altino Machado,

na 7ª edição do Festival de Cinema Ambiental da Amazônia (Fest Cineamazônia), organizado por Fernanda Kopanakis e José Jurandir da Costa.

Thiago e eu havíamos participado de uma mesa redonda de Solidariedade entre os Povos da América, contando histórias do exílio. Ali, na “hora do recreio”, apareceu toda faceira a danada da Tetê que nunca nos abandonou, nem mesmo depois da chegada da ciumenta Alzira.





A ALZIRA PEGOU

Faz poucos anos que a deslebrada Alzira entrou na vida de Thiago. Fui logo informado por ele, que me telefonou bem cedinho, falando em linguagem cifrada:

– *Jura, o Japonês descobriu que a Alzira me pegou.*

A voz embargada sugeria que a coisa era séria. Quando pedi detalhes, Thiago esclareceu as identidades daqueles dois personagens. Alzira era como ele chamava na intimidade a doença de Alzheimer que começava a dar os primeiros sinais. E Japonês era o neurologista Massanobu Takatani, seu médico, que a diagnosticou.

Minha reação foi uma sonora gargalhada para esconder a tensão provocada pela notícia. Disse-lhe que não me importava de pegar a Alzira, se pudesse chegar aos 90 anos e contasse com a competência médica do doutor Takatani, que conheço bem por haver cuidado e suavizado a vida da minha mãe.

– *Te telefonei só para ouvir essa risada – falou o poeta, aliviado.*

Numa escada com dez degraus, o pé da Alzirinha estava no primeiro, conforme o diagnóstico clínico do neurologista. Ou seja, embora causasse lapsos na memória recente, a memória antiga do poeta permanecia intacta, o que ficou comprovado na última vez que flertamos com a danada da Tetê.

Foi em novembro de 2018. Com o publicitário Mauro Freire de Souza e a equipe da expedição *Amazônia das Palavras*, visitamos Thiago em sua casa, em Manaus, para convidá-lo a comparecer no dia seguinte a uma homenagem que lhe seria prestada.

Nem dei boa noite. Da soleira da porta do apartamento já fui cantando:



– *Passa pra cá, Tetê. Vamos acabar de amor. Eu não te dou meu coração, porque é preciso arrancar.*

O rosto do poeta se transfigurou e sua memória se iluminou numa cena presenciada por Thiago Filho e a fiel Pollyanna Furtado, poeta e professora de literatura, tudo registrado por José Jurandir para o filme *Amazônia das Palavras* que será lançado brevemente. Lá de dentro, o poeta fez coro comigo:

– *E eu arrancando, Tetê. Eu sei que vou morrer. E eu morrendo já não posso mais te amar. Passa pra cá, Tetê. Vamos acabar de amoooooor.*

A sombra da Alzira fazia escuro, mas a gente cantava.





DESLEMBRANÇAS

Três anos se passaram. Agora as comemorações pelo aniversário de Thiago se estenderam ao longo do mês de março por iniciativa do Conselho Municipal de Política Cultural (Concultura) presidido por Tenório Telles. A Exposição *Thiago de Mello 95 anos de vida, poesia e amor por Manaus* está abrigada num portal com a vida e obra do poeta, versos e poemas, fotos, entrevistas e homenagens de familiares, amigos e admiradores. Entre elas – era inevitável – gravei sozinho a Tetê com minha voz de cantor de banheiro e direito a desafinar no final.

Thiago esquece eventos recentes como o encontro ocorrido em 2018, quando depois de cantarmos a Tetê o convidamos para ser homenageado no auditório do Centro Estadual de Tempo Integral Gilberto Mestrinho (CETI) no bairro de Educandos. No dia seguinte, ele de nada lembrava. Ficou em casa. Foi representado por seu filho com Ana Helena, o cantor Thiago Thiago de Mello, duas vezes Thiago, que apresentou suas músicas.

Quarenta anos antes, Maria Júlia, irmã do poeta, nos convidou para almoçar um tambaqui na brasa. Estavam lá os pais de ambos: dona Maria e seu Pedro. Ao observar o olhar perdido do pai, o poeta comentou que o velho Pedro, que convivia há tempos com a Alzira, “de vez em quando deixava a memória voar para bem longe como um passarinho”.

Ignoro o quão alto já voou a memória do querido poeta e se o tratamento precoce estabilizou a evolução da doença, fazendo o bloqueio de outras enfermidades. Não sei se a Alzirinha é agora Alzirão. No entanto, algo ficamos devendo a ela: o poeta esqueceu quem preside o país e não sabe que o coronavírus já matou mais de 305 mil brasileiros, incluindo aí eleitores do Cloroquinado, cujo negativismo, incompetência e inépcia contribuíram para expandir a pandemia.

A Tetê, que não é ciumenta, convive numa boa com a Alzira, que felizmente nos permite ter Thiago ao lado de nós. Localizada na parte do cérebro que armazena a memória remota, Tetê permanece incólume. Por isso, nesta terça, vou desejar feliz *cumpleaños* e cantar por telefone com o poeta:

– *Passa pra cá, Tetê, vamos acabar de amooooor.*

Acho que o Thiaguinho devia gravá-la com sua bela voz para seguirmos compartilhando o resto de lembrança que nos fica, antes que Alzirão varra a Tetê da face da Terra.



José Ribamar Bessa Freire. – Professor Universitário. Escritor. Crônica publicada em seu blog www.taquiprati.com.br

Desculpa, Tizé

Iêda Vilas-Bôas

É DAQUI DO MEU CERRADO
QUE SINTO FALTA DE ASAS
QUERIA VOAR
SER BEIJA/FLOR
GAVIÃO
SABIAZINHA MEDROSA
PARO DE CANTAR
SECO COM O ESPALDAR DAS MÃOS
O CHORO CONTIDO
RESSENTIDO
DOLORIDO
DESCULPA, TIZÉ!

OS HOSPITAIS LOTADOS
A FALTA DE UTI
DESCULPA A FALTA DE AR
O AR QUE SOPRAVA FARTO
NA SUA FAZENDA
FOI POUCO ESTA MANHÃ!

DESCULPA, TIZÉ
O DESASSOSSEGO
AS FURADAS NA PELE
O SENHOR SEMPRE TÃO CALMO
TÃO ELEGANTE!
DESCULPA TAMBÉM
A NÃO DESPEDIDA.
NÃO É MINHA CULPA
MAS ME DESCULPA?



Iêda Vilas-Bôas - Escritora, em memória e em homenagem do nosso amado tio José Vilas Bôas, de 84 anos de idade, levado pelo Covid na manhã de sábado, 10 de abril de 2021.



Foto: Gláucia Vilas Bôas



DIA DA TERRA

Eduardo Galeano

Certa vez, Einstein disse:

- Se as abelhas desaparecessem, quantos anos de vida sobrariam para a Terra? Quatro? Cinco? Sem as abelhas não há polinização, e sem polinização não há plantas, nem animais, nem gente.

Ele falou isso numa roda de amigos.

Os amigos riram.

Ele não.

E agora acontece que existem cada vez menos abelhas no mundo.

E hoje, Dia da Terra [22 de abril], vale a pena lembrar que isso não acontece por vontade divina nem maldição diabólica, e sim

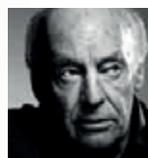
por causa do assassinato dos bosques nativos e da proliferação dos bosques industriais,

por causa dos cultivos de exportação, que proíbem a diversidade da flora,

por causa dos venenos que matam as pragas enquanto matam a vida natural,

por causa dos fertilizantes químicos que fertilizam o dinheiro e esterilizam o solo,

e por causa das radiações de alguns aparelhos que a publicidade impõe à sociedade de consumo.



Eduardo Galeano –Escritor revolucionário, em *Os Filhos dos Dias*, Editora LGPM, 2012.

**GDF, a educação exige
vacina para todos!**



A campanha “Educação exige vacina para todos”, idealizada pelo Sinpro-DF, cobra do governo responsabilidade e respeito com a vida da população, gravemente ameaçada pela Covid-19. Ela vem sendo divulgada em outdoors de todo o Distrito Federal e em caminhões que circulam pelas cidades. O público vem reagindo à iniciativa positivamente, já que a angústia e

o medo trazidos pela pandemia do novo coronavírus estão extrapolando o limite da população.

Também amplia o projeto *Vacina para todos - para toda a humanidade*, lançado em dezembro de 2020. Nele, o Sinpro-DF argumenta que, em qualquer lugar do mundo, todas as vidas devem ter o mesmo valor e cuidado porque viver é um direito e nada pode mudar isso.

#VacinaParaTodos 

VACINA JÁ!



Filiado: [®]
CUT
CNTE
DF



Não se pode falar de educação sem amor! 



Foto: divulgação / Fepoint

UM ANO DE PANDEMIA: A SOLIDARIEDADE PARA OS XAVANTE

Marcio Camilo

Uma grande corrente de solidariedade e respeito reverteu o que poderia ter sido uma catástrofe para os povos indígenas do Mato Grosso. A pandemia do novo coronavírus se alastrou rapidamente e fez os Xavante, a etnia mais afetada no estado, com 68 vítimas, temerem pelo pior. Em junho, a campanha SOS Xavante ganhou vida nas redes sociais e na internet para levantar recursos e levar para as aldeias aquilo que o governo demorou a oferecer: proteção.

A SOS Xavante pretendia arrecadar R\$ 250 mil. Mas o envolvimento dos parceiros foi tanto que a campanha conseguiu arrecadar quase R\$ 4,2

milhões. Organizada pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) e pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint) e com apoio de diversas instituições como a Operação Amazônia Nativa (Opan), revista Xapuri, Fetec Centro/Norte e União Amazônia Viva, a campanha queria viabilizar a entrega para os Distritos Sanitários Especiais (Dseis) de uma grande quantidade de insumos, como alimentos, equipamentos de saúde, máscaras, luvas e medicamentos.

“Mesmo cientes do desmonte das políticas indígenas por parte do governo federal, deixamos essas questões de lado e atuamos no



OS PRIMEIROS CASOS NO MATO GROSSO

que foi necessário para dar suporte aos distritos no atendimento aos povos indígenas”, ressalta a coordenadora do SOS Xavante, Ana Paula Sabino. “Esses recursos foram trabalhados em conjunto com o Dsei Xavante para a estruturação dos atendimentos nas aldeias e a compra de equipamentos para fortalecer o atendimento nas aldeias”.

A prestação de contas informa que 60% dos recursos recebidos por vaquinha e doações viraram ações diretas para o povo Xavante, como a instalação de uma unidade de isolamento avançada (equipada com concentradores de oxigênio, medicamentos, álcool em gel) e mais de mil testes rápidos. Os outros 40% viraram cestas-básicas, máscaras e kits de higiene.

Mas Ana Paula Sabino, do SOS Xavante, é taxativa ao dizer que faltou uma estratégia nacional por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão ao qual os Dseis são subordinados, para lidar com a pandemia e suas especificidades no contexto indígena. “No caso dos Xavante, faltaram protocolos específicos, orientação e instrução na língua nativa, uma preocupação de explicar a gravidade do vírus levando em conta o diálogo intercultural”, enfatiza.

No início da pandemia, o Dsei atuou sem protocolos específicos de isolamento e distanciamento social. Todas as etnias eram tratadas de forma igual. “Há casas Xavante em que moram 50 pessoas. Como você manda um indígena suspeito de Covid se isolar nessa situação? Então não houve esse diálogo com a realidade”, explica a coordenadora.

Poderia ter sido muito pior se não fosse a união e a solidariedade das organizações da sociedade civil. Essa é a impressão que fica entre as organizações indígenas, especialistas em saúde sanitária e Organizações não Governamentais (ONGs), após um ano de pandemia do coronavírus no Brasil, no contexto dos povos tradicionais.

No Mato Grosso, a Covid-19 deixou marcas profundas no ano que passou, matando lideranças históricas de nível internacional, cancelando pela primeira vez rituais sagrados e facilitando a entrada de invasores para a exploração de garimpo, pecuária e extração de madeira nos territórios.

Os primeiros caso e morte por Covid-19 de indígenas registrados no Mato Grosso ocorreram em maio de 2020. Primeiro foi uma indígena Xavante, com cerca de 40 anos, com doença renal crônica, que testou positivo na Casa de Saúde Indígena (Casai) de Barra do Garças, cidade ao leste do estado. Em seguida um bebê de oito meses, também xavante, foi a primeira morte de indígena confirmada no Mato Grosso, em 11 de maio.

Tratava-se do neto de Damião Paridzané – o grande líder dos Xavante da Terra Indígena de Marãiwatsédé, ao nordeste do estado. “Queria entrar lá e morrer guerreando sozinho. As outras crianças se curam. Por que só os meus netos que morrem?”, declarou Damião à época em entrevista à Amazônia Real, sobre a vontade que ele teve de entrar no hospital para “resgatar” o seu neto.



Foto: divulgação/Rosa Gauditano



Foto: divulgação/ Amazônia Real

AS PERDAS DAS LIDERANÇAS HISTÓRICAS

“A morte do Xingu inteiro”. Assim foi definida a perda de Aritana Yawalapiti, que teve repercussão internacional. Conhecido como “o grande diplomata do Xingu”, Aritana morreu de Covid-19 em 5 de agosto, depois de ficar duas semanas na UTI de um hospital de Goiânia, em Goiás. Era um dos últimos falantes de sua língua, o que causou uma perda cultural irreparável para as gerações mais novas.

O grande líder do Alto Xingu lutou até o fim. Poucas semanas antes de morrer ele ainda juntava forças para trazer um hospital de campanha para o tratamento da Covid-19 dentro das aldeias.

“Não era o índio da televisão, mas é o índio do amor, das pessoas. Homem político, inteligente, conhecido no mundo inteiro, que fazia tudo para não sair de sua aldeia. Foi meu irmão, ajudou na minha formação profissional e como homem”, lamentou à época o antropólogo carioca Adelino Mendez, que foi amigo de longa data de Aritana.

Do lado dos Xavante, a pandemia levou, em 23 de julho, o ancião Cidaneri, de 87 anos. Ele era filho do líder histórico Apoëna, que na década de 1940 foi responsável por garantir a sobrevivência da etnia ao estabelecer contato com o antigo Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI), atual Funai. Cidaneri era considerado uma enciclopédia viva e profundo conhecedor do bioma Cerrado e defensor do território, assim como seu pai.

29 ETNIAS ATINGIDAS

Desde o início da pandemia, 158 indígenas do Mato Grosso morreram pela Covid-19, segundo os dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Das 43 etnias que residem no estado, 29 foram afetadas, o que faz de Mato Grosso o segundo em mortalidade de indígenas, perdendo apenas para o Amazonas. Quase 7 mil pessoas já morreram pela doença [no estado] e a taxa de ocupação de leitos de UTI está em 66%. Há outros 280 mil casos confirmados de Covid-19. Os dados são da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).

Ivar Busatto, coordenador da Opan, avalia que a rede prévia dos 34 Dseis evitou que a tragédia fosse maior entre os indígenas. “Havia essa estrutura montada da Sesai, que está inserida como um subsistema de atenção indígena [SasiSUS] dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Embora ele afirme também que houve uma desarticulação nacional, foi a existência dessa estrutura “que facilitou que a solidariedade pudesse alcançar os indígenas na ponta”.

Para pensar a pandemia em Mato Grosso durante 2020, Busatto pondera que é preciso levar em conta o contexto das diferentes realidades territoriais dos 43 povos. “Houve etnias que não tiveram casos graves da doença, a exemplo dos Enawenê-Nawê, que não registraram nenhuma morte durante o ano passado. Já os Xavante foram duramente impactados pela pandemia”, afirma.



Mas o coordenador da Opan destaca que, no primeiro ano da pandemia, de um modo geral, “a Covid-19 foi mais fatal para os indígenas, quase que o dobro em relação aos não indígenas”. Isso foi comprovado por um informe epidemiológico da Sesai que, em 21 de outubro, mostrou que o estado apresentava as maiores taxas de mortalidade de indígenas do Brasil. Na época, o Dsei Cuiabá registrava a maior taxa de óbitos, com 310,9 mortes por 100 mil habitantes; seguido por Vilhena, com 254,3 por 100 mil habitantes; e Xavante, com 198,3 por 100 mil habitantes.

O CONHECIMENTO QUE SE FOI

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus levou pessoas que dedicaram uma vida inteira ao seu povo e à preservação da floresta. Rituais sagrados também tiveram que ser cancelados pela primeira vez na história. Em julho, a pandemia também forçou o inédito cancelamento do maior ritual em homenagem aos mortos entre indígenas brasileiros – o Kuarup, que costuma ser realizado anualmente na Terra Indígena do Xingu. Foi a primeira vez em 50 anos.

As principais lideranças xinguanas optaram por cancelar o evento depois de duas mortes – sendo uma delas a de um bebê de 45 dias. O evento, pela força de sua tradição e beleza, atrai jornalistas e turistas brasileiros e do exterior. Ele também se tornou uma importante fonte de renda para os povos xinguanos.

Hiripadi Toptiro, presidente da Associação Warã Xavante, ressalta que o vírus matou anciãos importantes, além de Aritana Yawalapiti e Cidaneri. Essas perdas são irreparáveis para a etnia em termos culturais e para a transmissão de conhecimento às novas gerações.

“Essa Covid-19 não está dando a oportunidade dos velhos fazerem o que sempre fizeram com a gente, que é orientar. Essa ruptura de transmissão de conhecimento para a nova geração vai mudar bastante, vai se perder muita coisa. Nós vamos sentir quando começarem a voltar os rituais”, lamenta Toptiro.

A comunidade indígena brasileira também ficou toda em alerta com a notícia de que o cacique Raoni Metuktire – uma das maiores lideranças indígenas do mundo – havia contraído a Covid-19, em setembro. O líder, de 90 anos, sobreviveu.

Se já não bastassem essas perdas irreparáveis, em junho, lideranças da etnia Manoki/Irantxe denunciaram que fazendeiros e madeireiros aproveitaram a pandemia para invadir seus territórios em Mato Grosso. Diante da dificuldade da reação dos indígenas, que estavam de quarentena, homens extraíram madeiras nobres e queimaram a floresta para a pastagem do gado e a produção agrícola.

Essa situação já foi várias vezes denunciada à Funai, ao Ministério Público Federal, à Justiça e aos demais órgãos competentes.

De acordo com uma das lideranças da TI, Marta Tipuici, desde 2008 que a Justiça pede para que os fazendeiros parem de invadir o local por causa do processo judicial. Mas, segundo Tipuici, eles “foram retomando as atividades e a pastagem voltou com tudo, principalmente em julho do ano passado”. Ela acrescenta que a Covid-19 “serviu para expor ainda mais as fragilidades dos povos indígenas na área de saúde e proteção de seus territórios”.

Os Manoki tentam recuperar parte do território desde o início dos anos 1990. Desde então, uma série de estudos antropológicos da Funai já demonstrou que o território foi ocupado tradicionalmente pelos indígenas.



Foto: divulgação/ Secom-MT



Marcio Camilo – Jornalista. Matéria publicada no site <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-a-solidariedade-para-os-xavante/>. Todas as imagens acompanham o texto escrito da matéria.

CAMPANHA SOLIDÁRIA A'UWE TSARI

– SOS XAVANTE

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Campanha SOS Xavante, idealizada, coordenada e realizada pela Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte – FETEC-CUT Centro Norte, pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT e pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena Xavante, teve uma duração de 90 dias (24 de junho de 2020 a 23 de setembro de 2020), superou sua meta inicial de R\$ 250.000,00 em 1.571,29%, captando, em recursos financeiros, bens e serviços, o valor estimado de R\$ 4.178.225,45.

Esta prestação de contas começa por agradecer a cada A'uwe Tsiri que, com seu coração Xavante, contribuiu, de todas as formas, para salvar vidas Xavante. Em 24 de junho, iniciamos nossa cruzada emergencial em busca dos recursos necessários para levar condições mínimas de saúde e segurança alimentar às aldeias Xavante.

Nosso objetivo era conseguir um mínimo de R\$ 250 mil, em recursos financeiros ou produtos. Felizmente, com ajuda de muita gente, superamos de longe esta meta. O uso dos recursos financeiros recebidos encontra-se discriminado abaixo, neste documento, sob o título desembolsos. Os valores das doações em bens, produtos e serviços foram estimados conforme declaração do/a doador/a ou, notas fiscais, quando apresentadas, ou estimativas conforme os valores vigentes no mercado.

No total, arrecadamos R\$ 372.630,00 em recursos financeiros, depositados diretamente na conta desta Vaquinha; R\$ 539.283,58 em bens produtos, via Campanha; R\$ 54.500,00 em serviços, via Campanha; e, em doações diretas do Instituto Albert Einstein para os Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs) Xavante, Karajá, Kayapó e Xingu, o valor estimado de R\$ 3.271.097,47, perfazendo um total geral de R\$ 4.178.225,45.

Em 90 dias, a Campanha SOS Xavante fez a entrega (ou encontra-se em processo de entrega) de: 1) Saúde: a) 55 Concentradores de Oxigênio; b) 20.120 máscaras diversas; c) 228.260 frascos de álcool em gel; d) 11.265 testes rápidos; e) 500 aventais; f) 752 unidades de catéter nasal; além de uma relação diversa de remédios, equipamentos e produtos médico-hospitalares, conforme discriminado na tabela abaixo; 2) Segurança Alimentar: a) 2.895 cestas básicas e 70 kits para as famílias enlutadas pela Covid-19, cada qual composta por 6 cestas e produtos de higiene, totalizando um quantitativo adicional de 420 cestas básicas. Somando os dois quantitativos, a Campanha mobilizou 3.315 cestas básicas, captou e entregou 275.849 itens, incluído Saúde, Segurança e diversos.

As seguintes instituições fizeram doações financeiras para a Campanha: Cooperação Alemã – GIZ; Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO –DF; Fundo Casa; Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte FETEC-CUT/CN; Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE; Sindicato dos Bancários de Brasília; Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – FETRAFI – Minas Gerais; ADUNB – Seção Sindical dos Docentes da

Universidade de Brasília; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Ramo Financeiro de Curitiba e Região; Solidariedade do Povo Holandês – Via Frans Leeuwenberg; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Pará; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Do valor total de R\$ de R\$ 372.630,00 arrecadados pela Campanha via Vaquinha, foram efetuados ou há previsão de desembolsos nos seguintes valores: a) Saúde – R\$ 102.000,00; b) Segurança Alimentar – R\$ 131.997,50; c) Comunicação – R\$ 30.630,00; d) Fretes, Correios e Diárias – R\$ 30.256,50; e) Recompensas – R\$ 15.196,00; f) Taxas e encargos – R\$ 12.490,56. Os dados discriminados encontram-se na página da Vaquinha na Internet.

A Campanha SOS Xavante recebeu um valor estimado de R\$ 539.283,58 em bens e produtos de acordo com as notas fiscais recebidas, declarações de doadores ou estimativas com base nos valores de mercado e doações em serviços o total de R\$ 54.500,00, conforme valores declarados pelas empresas doadoras, em serviços de comunicação. Esta relação, discriminada na tabela abaixo, não inclui a contribuição generosa e voluntária das 102 pessoas – artistas, intelectuais, políticos e ambientalistas que gravaram vídeos ou fizeram lives para promover as ações e atividades da Campanha.

Por intermédio da atriz Lucélia Santos, membro da coordenação da Campanha SOS Xavante, foi solicitada uma doação ao Instituto Albert Einstein, que resultou em doação no valor estimado de R\$ 3.271.097,47, entregues diretamente nos Distritos Sanitários Indígenas Xavante, Karajá, Kayapó e Xingu. Os valores foram estimados com base em notas fiscais apresentadas no ato da entrega dos produtos nos DSEIs indígenas e em estimativas baseadas nas notas fiscais entregues, para os DSEIs onde não se encontram disponíveis as notas fiscais.

Os valores captados, em bens produtos ou serviços encontram-se especificados na integra ao longo desta Prestação de Contas. Os números e quantitativos apresentados não registram os valores estimados em doações de gravações dos 102 vídeos por artistas, intelectuais, políticos e ambientalistas, bem como da participação das pessoas da sociedade e lideranças indígenas em mais de 50 lives voltadas para o universo da Campanha Xavante.

Todos os dados aqui apresentados encontram-se registrados na página da campanha na Internet: www.captar.info.





OS FILHOS DO SOL

Para o povo Juruna, o Sol era uma pessoa e se chamava Kuandú. Kuandú tinha três filhos: um é o sol que aparece na época da seca; o outro, mais novo, sai na chuva, e o filho do meio ajuda os outros dois quando eles estão cansados.

Há muito tempo um índio Juruna teria comido o pai de Kuandú, por esta razão este queria se vingar. Uma vez Kuandú estava bravo e foi para o mato pegar coco. Lá encontrou Juruna em uma palmeira inajá.

Kuandú disse que ele ia morrer, mas Juruna foi mais rápido, acertando Kuandú com um cacho na cabeça. Aí tudo escureceu. As crianças começaram a morrer de fome porque Juruna não podia trabalhar na roça e nem pescar.

Estava tudo escuro. A mulher de Kuandú mandou o filho sair de casa e ficou claro de novo. Mas só um pouco porque era muito quente para ele. O filho não aguentou e voltou para casa.

Escureceu de novo. E assim ficaram os três filhos de Kuandú. Entrando em casa e saindo de casa. Portanto, quando é seca e sol forte é o filho mais velho que está fora de casa. Quando é sol mais fraco é o filho mais novo, e o filho do meio só aparece quando os irmãos ficam cansados.

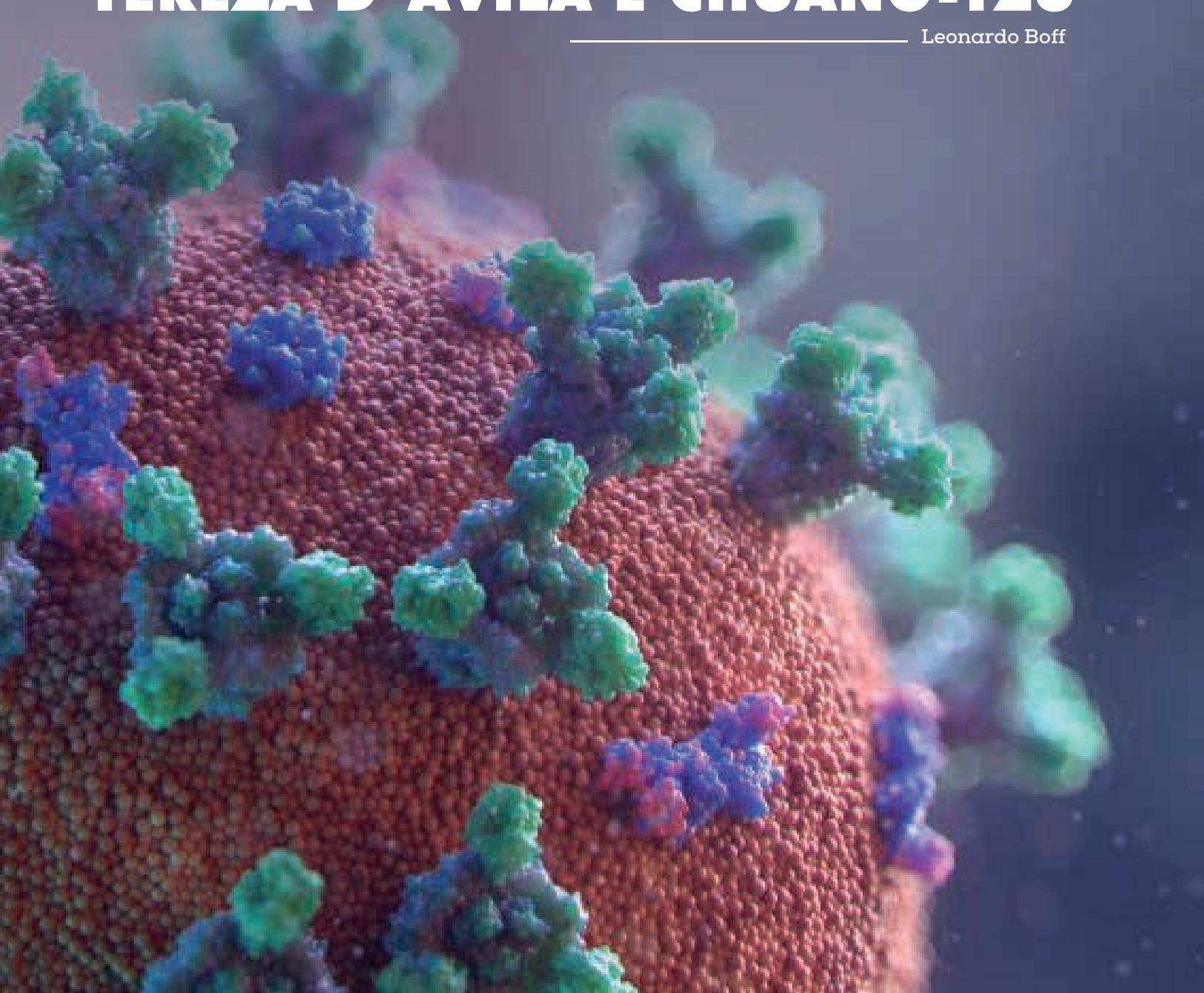


SUSTENTABILIDADE

O QUE LER E COMO LER DURANTE A PANDEMIA:

**O OCIDENTE ABRAÇA O ORIENTE,
TEREZA D'ÁVILA E CHUANG-TZU**

Leonardo Boff





Por mais que o mundo moderno se tenha secularizado, o fato é que grande parte da humanidade encontra seu sentido de vida nos caminhos espirituais de suas respectivas culturas.

São muitos os caminhos espirituais. Sem desmerecer outros, quero enfatizar dois que estão na base de duas grandes culturas: a do Ocidente e a do Oriente. Cabe recordar que espiritualidade não é saber sobre a Suprema Realidade, mas experimentá-la a partir da totalidade de nosso ser.

O Ocidente afirma: há o caminho da comunhão pessoal com a Suprema Realidade que inclui o Todo. O Oriente sustenta: há o caminho da comunhão com o Todo que inclui a Suprema Realidade.

No Ocidente predomina a comunhão pessoal e dialógica com a Suprema Realidade que na tradição judaico-cristã e muçulmana se chama simplesmente Deus. Não se trata de uma experiência intelectual, da cabeça, mas amorosa, do coração que sente, ama e vibra, envolvendo todo o ser. Mestres desta experiência, entre outros, são São Francisco de Assis, Santa Tereza d'Avila e São João da Cruz, Teilhard de Chardin.

Diz São João da Cruz em seu *Cântico Espiritual* referindo-se a Deus: "Mostra tua presença! Mata-me tua vista e formosura./Olha que a doença de amor não se cura/Senão pela presença e a figura"(verso 11).

Santa Tereza d'Avila não é menos efusiva em sua *Aspirações de vida eterna*: "Vivo já fora de mim depois que morro de amor/porque vivo no Senhor/que me quis para si./Quando lhe dei o coração/coloquei nele esse letreiro/ que morro porque não morro"(verso 1).

Este modo de falar é do enamoramento, do encontro íntimo e profundo com Deus. A partir desta comunhão eu-tu, se entrevê Deus no Todo e em cada ser como aparece na mística cósmica de São Francisco que emocionalmente chama as criaturas como minhas irmãs e meus irmãos. São João abre sua primeira epístola assim: "Aquele que nós tocamos, que nossos olhos viram, que nossos ouvidos ouviram, isso nós vos comunicamos". É uma experiência concreta, tocar, sentir e ver.

No Oriente a experiência primeira reside no Todo. Nada está isolado.Tudo está relacionado formando o Grande Todo. O mestre yoga responde à pergunta: "Quem és tu? Ele aponta para o universo e diz: tu és tudo isso, toda a realidade, parte do Todo, tu és o Todo".

Nossa errância consiste em termos perdido a memória sagrada de que somos um elo da única e grande corrente da vida, parcela do Todo; não fazemos uma experiência de não-dualidade com todas as coisas: somos árvore, somos pássaro, somos as estrelas, estamos mergulhados no Todo. E o Todo se chama Tao, a Suprema Realidade presente em tudo.

Tomas Merton, que no Ocidente viveu a experiência do Ocidente, traduziu *A via de Chuang-tzu* (Vozes 1993). Alguém perguntou a Chuang-tzu: "Mostra-me onde o Tao pode ser encontrado? Ao que ele respondeu: Não há lugar onde o Tao não possa ser encontrado: ele está na formiga, na vegetação do pântano, no caco de ladrilho, no escremento; e arrematou: o Tao é grande em tudo, completo em tudo, integral em tudo. Estes aspectos são distintos, mas a Realidade é o Uno" (p.158-159). Como se depreende, as coisas são diversas, mas todas desaguam no Uno, no Tao.

Como se processa uma experiência de não-dualidade? Os orientais propõem como primeiro exercício: a experiência da luz. Ela incide sobre nossas cabeças, pervade todo o organismo, atravessa as paredes da casa, o jardim, a cidade, o oceano,toda a Terra e se estende por todo o universo. A pessoa, feita luz, se sente unida a cada coisa, ao Todo.

O caminho do Oriente e o caminho do Ocidente não são antagônicos, mas complementares. Ambos visam, fundamentalmente, criar em nós o que tanto procuramos: um centro a partir do qual tudo se liga e re-liga e nos permite viver o Todo. Pouco importa o nome com o qual chamamos esse centro. Mas ele corresponde àquilo que significa Deus, Tao, Alá, Javé. Olorum. Esse centro está em nós, mas também nos desborda. É o mistério vivo e interior de nossa vida e do universo.

Temos também entre nós a experiência espiritual que subjaz às religiões afro-brasileiras ou outras que assimilam elementos africanos. Tudo gira ao redor do axé. Ele corresponde mais ou menos ao que é o *Shi* para os orientais ou o *ruah, pneuma, spiritus* para os ocidentais: uma energia cósmica que pervade toda a realidade e tem nos seres humanos os principais portadores.

O exu não é o demônio que cabe exorcizar, mas a principal expressão do axé. O axé atua dentro de nós, como força de irradiação e de captação de boas energias, colocadas a serviço dos demais. Por não entenderem a profundidade até ecológica destas religiões de origem africana, elas são difamadas e até perseguidas por grupos neopentecostais que pouco têm de espiritual e de sentido do sagrado de todas as coisas.

Somos seres espirituais quando mergulhamos em nossa profundidade e nos damos conta de que somos parte de um Todo que nos transcende. Somos habitados pelo *espírito*, aquele momento da consciência pelo qual temos a percepção de sermos parte de um todo e que o Todo está em nós.

A espiritualidade ocidental ou oriental tem a ver com a experiência da Suprema Realidade, não com um saber, expresso em doutrinas, dogmas e ritos. Tudo isso é parte das religiões que nasceram de uma experiência espiritual mas que não são a espiritualidade. Podem fomentá-la como podem sufocá-la por excesso de doutrinas.

Elas são água canalizada, não fonte de água cristalina. Dessa água todos temos sede. Ao bebê-la nos fazemos mais humanos e abertos uns aos outros e ao Todo.



Leonardo Boff – escreveu *Espiritualidade: um caminho de realização*, Mar de Ideias, Rio 2016, e *Meditação da luz: o caminho da simplicidade*, Vozes 2010.



SOLEDAD BARRET VIEDMA: MILITANTE ASSASSINADA PELA DITADURA

Zezé Weiss

“Se o Bem não existe, é preciso inventá-lo”

Rafael Barret, avô de Soledad.

Soledad Barret Viedma tombou crivada de balas numa emboscada da ditadura militar, num sítio de nome São Bento, nas cercanias da cidade do Recife, no dia 7 de janeiro de 1973. Grávida, Soledad carregava no ventre o filho de José Anselmo dos Santos, conhecido por Cabo Anselmo, o traidor que a entregou para os agentes da repressão.

Em *Os Filhos dos Dias*, Eduardo Galeano relata a brutalidade da traição:

O Cabo Anselmo, marinheiro insurgente, [que se fazia passar por] chefe revolucionário, foi quem a entregou. Cansado de ser perdedor, arrependido de tudo o que acreditava e gostava, ele delatou, um por um, seus companheiros de luta contra a ditadura militar brasileira, e os despachou para o suplício ou para o matadouro. Soledad, que era sua mulher, ele deixou para o fim. O Cabo Anselmo apontou o lugar onde ela estava e foi-se embora. Já estava no aeroporto quando ouviram-se os primeiros tiros.

Junto com Soledad, que trabalhava como vendedora de roupas para as boutiques chiques do bairro de Boa Viagem, no “Massacre de São Bento” também foram executados Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul e Jarbas Pereira Marques, todos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR.

Neta do escritor paraguaio Rafael Barret, que passou a maior parte da vida na cadeia e morreu no exílio, em 1910, na Espanha, aos 34 anos de idade, seguindo os passos do avô revolucionário, Soledad começou sua militância ainda muito jovem, na Argentina e no Uruguai. Aos 17 anos, em Montevidéu, foi sequestrada e marcada a navalha por se recusar a gritar “Hi Hitler!”. A Soledad não sobrou outra opção: teve que partir para o exílio, em Cuba, de onde veio para o Brasil, casada com José Ferreira de Araújo, marinheiro, militante da VPR e pai de sua única filha, Nasaindy, nascida em Cuba, para a militância no Brasil, em 1970.

Os versos do poeta Mario Benedetti, no poema *Muerte de Soledad Barret*, dão conta da trajetória e da morte da guerrilheira, que caiu resistindo:



Viviste aquí por meses o por años
Trazaste aquí una recta de melancolía
Que atravesó las vidas y las calles

Hace diez años tu adolescencia fue noticia
Te tajearon los muslos porque no quisiste
Gritar viva Hitler ni abajo Fidel

Eran otros tiempos y otros escuadrones
Pero aquellos tatuajes llenaron ele asombro
A cierto Uruguay que vivía en la luna

Y claro entonces no podías saber
Que de algún modo eras
La prehistoria de Ibero

Ahora acribillaron en recife
Tus veintisiete años
De amor templado y pena clandestina

Quizá nunca se sepa cómo ni por qué

Los cables dicen que te resististe
Y no habrá más remedio que creerlo
Porque lo cierto es que te resistías
Con sólo colocárteles en frente
Sólo mirarlos
Sólo sonreír
Sólo cantar cielitos cara al cielo

Con tu imagen segura
Con tu pinta muchacha
Pudiste ser modelo
Actriz
Miss Paraguay
Carátula
Almanaque
Quién sabe cuántas cosas
Pero el abuelo Rafael el viejo anarco

Te tironeaba fuertemente la sangre
Y vos sentías callada esos tirones

Soledad no viviste en soledad
Por eso tu vida no se borra
Simplemente se colma de señales

Soledad no moriste en soledad
Por eso tu muerte no se llora
Simplemente la izamos en el aire

Desde ahora la nostalgia será
Un viento fiel que hará flamear tu muerte
Para que así aparezcan ejemplares y nítido
Las franjas de tu vida

Ignoro si estarías
De minifalda o quizá de vaqueros
Cuando la ráfaga de pernambuco
Acabó con tus sueños completos

Por lo menos no habrá sido fácil
Cerrar tus grandes ojos claros
Tus ojos donde la mejor violencia
Se permitía razonables treguas
Para volverse increíble bondad

Y aunque por fin los hayan clausurado
Es probable que aún sigas mirando
Soledad compatriota de tres o cuatro pueblos
El limpio futuro por el que vivías
Y por el que nunca te negaste a morir.

Escrito no calor da hora, logo depois da notícia do assassinato de Soledad, recebida por telegrama, em sua bela homenagem o poeta não alcançou traduzir a crueldade do duro massacre que estraçalhou, com rajadas de metralhadora, o corpo de Soledad, "cujos olhos foram encontrados muito abertos, com uma expressão muito grande de terror", conforme relato da advogada Mércia Albuquerque, registrado no artigo "Soledad Barret em sua última hora", publicado no Portal Vermelho pelo escritor Ururiano Mota, autor do livro *Soledad no Recife* (2009).

O que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade. Eu tenho a impressão de que ela foi morta e ficou deitada, e a trouxeram depois, e o sangue, quando coagulou, ficou preso nas pernas, porque era uma quantidade grande. O feto estava lá nos pés dela. Não posso saber como foi parar ali, ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror.

Segundo o livro *Luta: substantivo feminino*, Soledad não morreu durante a chacina, mas sob tortura nos porões da ditadura. Seu cadáver, que apresentava marcas de algemas e equimoses espalhadas pelo corpo, desapareceu e nunca foi encontrado.

Soledade Barret Viedma foi anistiada 42 anos depois de sua morte, em 11 de dezembro de 2015, quando completaria 70 anos de idade, em homenagem post mortem estendida a sua filha, Nãscindy Barret de Araújo, a quem o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, fez formalmente o Pedido de Desculpas do Estado brasileiro.



Zezé Weiss - Jornalista.



SEM ENSINO
PÚBLICO,
SEM CHANCE.
APRENDA ESSA LIÇÃO!



SEMANA em Defesa e Promoção da Educação Pública

PROGRAMAÇÃO

26 DE ABRIL A 1º DE MAIO

Dia 26 de abril (segunda-feira)

TEMAS: Militarização Escolar e Reforma Administrativa.

- Atos simbólicos pelo Brasil em defesa e na promoção da educação básica pública.

19h – Live da CNTE sobre as imagens e ações do dia.

Dia 27 de abril (terça-feira)

TEMAS: Gestão Pública da Educação X Gestão Privada; Financiamento Público; Dinheiro Público para a Escola Pública; Educação Pública e Gratuidade do Ensino.

- Twitaço nacional em defesa e promoção da educação pública: #SemEnsinoPublicoSemChance
- Conversas com Secretários/as e/ou Ex-Secretários/as de Educação Municipal/Estadual/Distrital sobre a importância da educação básica pública e as dificuldades atuais.

19h – Live da CNTE: conversando com Fernando Haddad (a confirmar).

Dia 28 de abril (quarta-feira)

TEMAS: Gestão Democrática da Escola e Financiamento Público da Educação.

- Debates online com Vozes da Comunidade Escolar: “A escola que temos e a Escola que queremos”, o que pensam os/as Estudantes; pais/mães/responsáveis pelos estudantes, Conselheiros/as de Educação?

19h – Live da CNTE com a representação da UBES, UNCME, ASSOCIAÇÃO DE PAIS/MÃES/RESPONSÁVEIS pelos Estudantes.

Dia 29 de abril (quinta-feira)

TEMAS: Reforma Administrativa e Homescholling.

- As responsabilidades dos Parlamentos (Municipal, Estadual, Distrital e Federal) no atendimento aos direitos à educação básica pública!

19h – Live da CNTE com representação das Comissões de Educação da Câmara e do Senado.

Dia 30 de abril (sexta-feira)

TEMAS: Valorização Profissional e Promoção da Escola Pública.

- Homenagem ao Patrono da Educação Paulo Freire e Atividades culturais em defesa e pela promoção da educação pública, com depoimentos de artistas e personalidade públicas que estudaram em uma Escola Pública.

19h – Live da CNTE relatos sobre a escola pública.

Dia 1º de maio (sábado)

- Participar das atividades convocadas pelas Centrais Sindicais.



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VENI COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **210**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **270**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

